

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

**HERUNDINO RIBEIRO DO NASCIMENTO FILHO**

**ETNOCONSERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO BURITI (*MAURITIA FLEXUOSA*)  
NA COMUNIDADE GUARIBA, TERRA INDÍGENA ARAÇÁ, RORAIMA**

**PORTO ALEGRE**

**2013**

**HERUNDINO RIBEIRO DO NASCIMENTO FILHO**

**ETNOCONSERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO BURITI (*MAURITIA FLEXUOSA*)  
NA COMUNIDADE GUARIBA, TERRA INDÍGENA ARAÇÁ, RORAIMA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para obtenção do título de Mestre em Economia, área de concentração: Políticas Públicas e Sustentabilidade.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Ernesto Fillipi

**PORTO ALEGRE**

**2013**

## CIP - Catalogação na Publicação

Nascimento Filho, Herundino Ribeiro do  
Etnoconservação e valorização do buriti (*mauritia flexuosa*) na comunidade Guariba, terra indígena Araçá, Roraima / Herundino Ribeiro do Nascimento Filho. -- 2013.  
78 f.

Orientador: Eduardo Ernesto Fillipi.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre, BR-RS, 2013.

1. Desenvolvimento econômico. 2. Desenvolvimento sustentável. 3. Etnodesenvolvimento. 4. Etnoconservação. 5. Buriti. I. Fillipi, Eduardo Ernesto, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**HERUNDINO RIBEIRO DO NASCIMENTO FILHO**

**ETNOCONSERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO BURITI (*MAURITIA FLEXUOSA*)  
NA COMUNIDADE GUARIBA, TERRA INDÍGENA ARAÇÁ, RORAIMA**

Aprovada em: Porto Alegre, 17 de agosto de 2012.

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Dr. Eduardo Ernesto Fillipi - orientador**  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Carlos Alberto Marinho Cirino**  
Universidade Federal de Roraima

---

**Prof. Dr. Edson Damas da Silveira**  
Universidade do Estado do Amazonas

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Gabriela Peixoto Coelho de Souza**  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

À Angélica de Jesus Nascimento, *in memoriam*, por seu amor e dedicação  
no envolvimento humano e amor maternal incondicional.

A Herundino Ribeiro do Nascimento, pela presença forte e destacada  
em cada etapa da vida que nos tornou o que somos, filhos.

A Maria Alda Alves Ramos Nascimento, pelo companheirismo da vida, amor  
e compreensão dedicados na presença e nos momentos de ausência e sublimação constante.

Aos filhos Pedro Paulo, Juliana, Mariana e João Paulo, essências da minha existência.

Dedico.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pela oportunidade da vida e por permitir a concretização de mais uma vitória.

A minha esposa amada e companheira de todos os momentos, Maria Alda Alves Ramos do Nascimento, pela dedicação e reciprocidade com que compartilhou cada momento na construção deste trabalho.

Aos meus filhos Pedro Paulo, Juliana, Mariana e João Paulo, pela paciência e tolerância nos momentos de abandono e stress vivenciados a cada dia deste Curso e por compartilharem suas vidas para que a minha seja completa.

Aos meus pais, Herundino e Angélica Nascimento, por permitirem-me a vida e, ao longo dessa oportunizarem minhas conquistas, sonhadas conjuntamente e que mesmo não estando presentes em Roraima, estão concretizando compartilhando a alegria da realização.

Aos familiares que acreditaram na minha capacidade e almejaram o meu sucesso.

Aos companheiros de jornada do Instituto Insikiran de Educação Superior Indígena e Universidade Federal de Roraima, professores dos Cursos de Licenciatura Intercultural e Gestão Territorial Indígena, pelo apoio e incentivo nos momentos de desânimo e pela força motriz que move os ideais daqueles que acreditam na causa dos povos indígenas.

Aos professores do Curso de Mestrado Interinstitucional UFRGS/UFRR/NECAR por compartilharem experiências e conhecimentos e propiciarem o aprendizado.

Ao professor orientador Dr. Eduardo Ernesto Fillipi, pela solicitude em todos os momentos, pelo empenho em dispor-se e possibilitar a construção desta Dissertação.

Ao professor Luiz Otávio Pinheiro da Cunha, pela amizade e disponibilidade em suprir minha ausência no Curso de Gestão Territorial Indígena enquanto concluía este trabalho e, principalmente por compartilhar angustias.

Aos amigos Sebastião Pereira do Nascimento e Jonildo Viana dos Santos, pelas ideias compartilhadas, por proporcionarem a fluidez e contribuírem na construção do texto final.

Ao Conselho Indígena de Roraima – CIR, às lideranças indígenas que possibilitaram a concretização da pesquisa, à etnorregião do Amajarí e ao tuxaua Adelinaldo da comunidade Guariba, que dispôs-se a participar e envolver os membros da comunidade.

À professora Clesneide Marques e alunos da Escola Estadual Indígena Manoel Horácio, pela disposição e alegria com que participaram da pesquisa.

Aos indígenas da Terra Indígena Araçá, especificamente da Comunidade Guariba, por se disporem a ser sujeitos na construção da pesquisa e partícipes do processo que aponta possibilidades do etnodesenvolvimento e valorização do buriti no lavrado de Roraima.

## LISTA DE SIGLAS

CIFCRSS	– Centro Indígena de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol
CINTER	– Conselho Indígena do Território de Roraima
CIR	– Conselho Indígena de Roraima
CNPQ	– Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FUNAI	– Fundação Nacional do Índio
FUNASA	– Fundação Nacional de Saúde
FGV	– Fundação Getúlio Vargas
GERR	– Governo do Estado de Roraima
GTA	– Grupo de Trabalho Amazônico
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INPA	– Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
NECAR	– Núcleo de Estudos Comparados da Amazônia e do Caribe
OIT	– Organização Internacional do Trabalho
ONU	– Organização das Nações Unidas
OPIRR	– Organização dos Professores Indígenas de Roraima
OMIR	– Organização das Mulheres Indígenas de Roraima
PDPI	– Projeto Demonstrativo dos Povos Indígenas
PNGATI	– Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial Indígena
PNPCT	– Política Nacional das Populações e Comunidades Tradicionais
PNUD	– Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA	– Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPTAL	– Projeto Integrado de Proteção e Vigilância das Terras Indígenas da Amazônia Legal
SECAD	– Secretaria de Educação Continuação, Alfabetização e Diversidade
SESAI	– Secretaria de Saúde Indígena
SIVAM	– Sistema de Vigilância da Amazônia
UFRR	– Universidade Federal de Roraima
UFRGS	– Universidade Federal do Rio Grande do Sul



## RESUMO

Este trabalho apresenta os resultados da pesquisa realizada na Terra Indígena Araçá, especificamente na comunidade Guariba, analisando as potencialidades etnodesenvolvimentistas a partir do buriti e seus subprodutos que poderão ocupar lugar no mercado de Boa Vista ou simplesmente tornar um produto do consumo diário das comunidades e povos indígenas a fim de suprirem-se suas carências alimentar e nutricional, partindo-se de uma abordagem econômico-antropológica. O estudo voltado à utilização dos buritizais na referida comunidade, pode integrar informações ecológicas e socioeconômicas, dada a importante função desempenhada por esse ecossistema frente às demandas das populações indígenas. O trabalho foi realizado na Comunidade Guariba, Terra Indígena Araçá, município de Amajari, Estado de Roraima, seguindo um plantio de buriti iniciado anteriormente pelos alunos da Escola Estadual Indígena Manoel Horácio e teve como objetivos: Apoiar a conservação e manejo sustentável do buriti nas comunidades indígenas do lavrado de Roraima, com o intuito de intensificar o uso desta espécie como um valioso recurso natural disponível às populações indígenas, inclusive como uma alternativa econômica; Avaliar a importância econômica e cultural atual do buriti como uma possibilidade de etnodesenvolvimento para as comunidades indígenas; Desenvolver atividades educativas sobre a importância da diversidade biológica existente no ecossistema constituído pelos buritizais, como um princípio de conservação da biodiversidade e valorização cultural; Realizar oficinas, atividades de educação ambiental, troca de experiências e apoiar a confecção de materiais didáticos pedagógicos (cartilhas, folders) de modo a contribuir para o fortalecimento das iniciativas de gestão ambiental comunitária do buriti. A metodologia utilizada foi a pesquisação, o que implicou na participação efetiva dos membros da Comunidade Indígena Guariba, na região do Amajari, na Terra Indígena Araçá, estabelecendo um diálogo intercultural entre a academia e a comunidade indígena. Foram realizadas análises relacionadas às questões ambientais e oficinas onde se esclareceu todo o processo de utilização do buriti pela comunidade, as etapas de colheita dos frutos e palhas, o processamento da polpa dos frutos, os subprodutos da polpa e cascas, artesanato e utensílios de fibra e palhas, propriedades nutritivas e medicinais, o uso comunitário e comercialização, durante um ano, período de acompanhamento da floração à colheita. A partir destas informações foi possível buscar mecanismos que pudessem ajudar a fortalecer a economia das comunidades, ao mesmo tempo em que se garanta a qualidade de vida das pessoas e do meio ambiente. O desenvolvimento da pesquisa valorizou os conhecimentos indígenas e os ampliou no âmbito da comunidade e no âmbito científico.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento econômico e sustentável. Etnodesenvolvimento. Etnoconservação. Buriti.

## ABSTRACT

This presents work is the results of research conducted on Indigenous Land Araçá specifically Guariba is the community, analyzing the potential ethnodevelopmental from buriti, its by-products that would take a place on the market in Boa Vista, or simply make a product of daily consumption communities and indigenous peoples in order to meet their food and nutritional needs, starting from an economic-anthropological approach. The study focused on the use of community buritizais above information can integrate ecological and socio-economic, given the important role played by this ecosystem facing the demands of indigenous peoples. Work was be performed in the Community Guariba Araçá Indigenous Land, municipality of Amajari, Roraima State, following a work already started planting buriti by students of the State School Indigenous Manoel Horácio and aimed to support the conservation and sustainable management of buriti indigenous communities in the plowed Roraima, in order to intensify the use of this species as a valuable natural resource available to indigenous peoples, even as an economic alternative, evaluate the economic and cultural current buriti ethnodevelopment as a possibility for the communities indigenous; Develop educational activities about the importance of biological diversity in the ecosystem made up buritizais, as a principle of conservation of biodiversity and cultural appreciation; Conduct workshops, environmental education activities, exchange experiences and support the preparation of teaching learning materials (booklets, folders) to contribute to the strengthening of environmental management initiatives buriti Community. The methodology used during the research was action research, which implies the effective participation of the participants, establishing an intercultural dialogue between academy and the indigenous community. Analyses related environmental issues and workshops where they explained the whole process of using the buriti community, steps harvest fruit and straw, processing of fruit pulp by-products from pulp and peel, fiber crafts and utensils and straw, nutritional and medicinal properties, community use and marketing. From this information it was possible to find mechanisms that can help strengthen the economy of the communities, while it guarantees the quality of life and the environment. The dialogue between academy, community school and the community will value indigenous knowledge and expand this knowledge within the community and the scientific.

**Keywords:** Economic development and sustainable. Ethnodevelopment. Ethno conservation. Buriti.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>LOCALIZAÇÃO DO OBJETO NO TEMPO E NO ESPAÇO .....</b>	<b>15</b>
2.1	BREVE HISTÓRIA DA COMUNIDADE GUARIBA .....	15
2.1.1	<b>Localização geográfica e etnomapeamento .....</b>	<b>17</b>
2.2	IDENTIFICANDO O OBJETO DA PESQUISA.....	22
2.2.1	<b>O que são o objeto e os sujeitos e como se relacionam com a pesquisa? .....</b>	<b>22</b>
2.3	PROBLEMATIZAÇÃO DO OBJETO .....	26
2.3.1	<b>Porque o objeto é uma problemática? .....</b>	<b>26</b>
2.3.2	<b>Metodologia .....</b>	<b>30</b>
2.4	IMPORTÂNCIAS E MOTIVAÇÕES.....	34
<b>3</b>	<b>PLANO DE ETNODESENVOLVIMENTO DO BURITI.....</b>	<b>35</b>
3.1	ABORDAGENS TEÓRICAS: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO; DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL; ETNODESENVOLVIMENTO .....	35
3.2	CONSERVACIONISMO E ECONOMIA NOS POVOS DA AMAZÔNIA .....	45
3.3	VALORIZANDO A ETNOCONSERVAÇÃO.....	48
<b>4</b>	<b>O BURITI E SEUS PRODUTOS ENQUANTO ELEMENTOS DE SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA .....</b>	<b>52</b>
4.1	IMPORTÂNCIA DOS PRODUTOS FLORESTAIS NÃO MADEIREIROS COMO FONTE DE RENDA AOS POVOS INDÍGENAS DE RORAIMA. ....	52
4.2	A ECONOMIA ETNODESENVOLVIMENTISTA ENTRE OS WAPICHANA E MACUXI NO AMAJARI: COMO TRANSFORMAR O BURITI EM PRODUTOS DE CONSUMO? .....	55
4.3	SOBRE A MATÉRIA-PRIMA .....	56
4.4	AVALIAÇÃO DO RENDIMENTO DE FRUTOS E DE POLPA .....	59
4.5	OFICINA DE DOCE DE BURITI – COMUNIDADE GUARIBA.....	62
4.6	POTENCIAL PRODUTIVO E O PERÍODO DE FRUTIFICAÇÃO DOS BURITIZAIS .....	66

4.7	AVALIAÇÃO ETNOBIOLÓGICA: FORMA E IMPORTÂNCIA CULTURAL DO USO DO BURITI .....	68
4.8	AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES ATUAIS DE UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DO BURITI PELA COMUNIDADE .....	69
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>74</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>77</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho visa contribuir com a discussão sobre o aproveitamento do potencial produtivo do buriti (*Mauritia flexuosa*) existente no Lavrado de Roraima, a partir de um debate sobre sustentabilidade, biodiversidade, diversidade cultural, etnoconservação e etnodesenvolvimento numa abordagem econômico-antropológica<sup>1</sup>.

Segundo Schröder “Para uma avaliação sinóptica dos impactos da integração das economias indígenas nos sistemas regionais e nacionais da economia de mercado, recomenda-se fazer uma distinção básica entre os impactos gerais da integração e os impactos para as economias indígenas”. Estes últimos são os que mais importam para este trabalho, visto que, os demais – sociais e ambientais – devem influenciar apenas nas questões de sustentabilidade ambiental e outros impactos como políticos, epidemiológicos, etc. (SCHRÖDER, 2003).

O naturalista Humboldt designou o buriti como uma das plantas chamadas de “árvore da vida”, pois a maior parte das necessidades humanas poderia ser abastecida por esse vegetal (PEIXOTO, 1973). Do ponto de vista ecológico, “esta palmeira habita preferencialmente terrenos baixos alagáveis, margens de rios e igarapés, formando populações quase mono-específicas, às quais se dá o nome de miritizais ou buritizais” (STORTI, 1993). Os recursos naturais são utilizados de modo a obter produtos essenciais como alimentos em forma de polpas, pastas, vinho<sup>2</sup>, e materiais para construção, palha para cobertura de casa, e as cascas filetadas do tronco como ripas.

O ambiente das savanas de Roraima ou “Lavrado”, como é conhecido regionalmente, e ocupado imemorialmente por indígenas de diversas etnias. As veredas de buritis ocorrem aí em diversos igarapés, córregos e baixadas, porém, após a convivência com fazendas de gado bovino e equinos desde a colonização, o uso intensivo e indevido do fogo para renovar pastagens, espantar cobras e insetos durante as pescarias e ou afugentar animais de caça, além do extrativismo realizado pelos próprios indígenas têm contribuído para a diminuição gradativa dos buritizais.

Apesar disso, as Terras Indígenas da Amazônia exercem um importante papel para a conservação ambiental, uma vez que a cultura, o conhecimento, a economia e outros aspectos de suas sociedades mantêm uma estreita relação com o meio ambiente, e as atividades de exploração dos recursos naturais são, em geral, de baixo impacto. A demarcação de grandes e

---

<sup>1</sup> Relação existente entre a Economia indígena e as economias de mercado e a Antropologia. SCHRÖDER, 2003.

<sup>2</sup> Não se trata de bebida alcoólica, mas como é popularmente conhecido o suco de buriti.

contínuas áreas indígenas tem mantido-as mais conservadas, apesar das pressões externas sofridas pelos empreendimentos do agro negócio em expansão nas fronteiras agrícolas.

A partir da década de 1970, os povos indígenas do Brasil iniciaram um processo de retomada ou reafirmação de suas identidades, pois antes tinham vergonha ou eram obrigados a não falarem sua língua, negarem sua cultura e abandonar suas terras. Porém, iniciado esse movimento social indígena, outra configuração começa a tomar corpo, e surge então a luta pela terra, para a revitalização da cultura e da língua, por uma educação diferenciada e assistência à saúde, além de começarem um sistema de organizações próprio dos diversos povos.

Essa organização em Roraima vem cada vez mais aumentando e com a promulgação da Constituição de 1988, culminam os artigos 231 e 232, que tratam especificamente dos direitos e garantias dos indígenas e, entre estes o direito a terra onde imemorialmente viveram seus antepassados. Uma primeira configuração do cumprimento desses direitos foi considerada em parte antes ainda da atual constituição, porém, digo em parte, pois, as terras demarcadas em Roraima até então, eram áreas pequenas e ilhadas entre fazendas e que hoje estão nos limites de suas capacidades.

Com o surgimento de suas organizações e lutas de reafirmação, os indígenas retomam naturalmente um crescimento demográfico estagnado pela pressão anterior, tais crescimentos juntamente com o surgimento de escolas e postos de saúde, levando à aglomeração cada vez maior em comunidades e ao adensamento das construções. A capacidade dos buritizais foi diminuída pelos impactos citados anteriormente e tem provocado em algumas comunidades o uso de coberturas com telhas de amianto, o que em vários estados do Brasil e em outros países já está a muito proibido, pois são causadoras de cânceres, além de bastante quentes.

Especialmente as comunidades mais próximas das cidades e vilas, o contato com novas tecnologias, o surgimento de trabalhos remunerados, professores, agentes de saúde – bem como, o comércio de excedentes de produções e a venda de animais (gado e outros) têm dado aos índios oportunidades de aquisição de produtos nem sempre benéficos a sua saúde e cultura.

Tais produtos, telhas de amianto, enlatados, bebidas alcoólicas, entre outros, podem prejudicar não só o indivíduo, mas a comunidade e especificamente a cultura. Falta, no entanto, uma orientação com relação a tudo isso, além dos questionamentos sobre esses aspectos: será que não seria interferir na individualidade dessas pessoas? Será que não é isso mesmo que elas querem?

Algumas sim, outras não. O que se poderia ter seriam políticas públicas mais orientadoras, não só para os indígenas, mas também para eles, capazes de orientá-los sobre o uso dos recursos naturais disponíveis nos seus ambientes de vivência, educação ambiental dirigida à preservação e melhor aproveitamento alimentar e nutricional dos diversos tipos de recursos existentes em suas comunidades.

Foi, pois, com esse intuito que vislumbrou-se por meio desta pesquisa estimular o uso especificamente das potencialidades e possibilidades do Buriti (*Mauritia flexuosa*) pelos indígenas da Comunidade Guariba diretamente e das demais comunidades a partir de replicações deste. Também buscou-se estimular com esse trabalho e seus resultados, os governos Municipais, Estadual e Federal com possibilidades de políticas públicas nas áreas de Educação, Cultura, Meio Ambiente, Saúde, Lazer e Moradias.

Como os buritizais em Roraima apresentam essas possibilidades, pretendeu-se a partir de um diagnóstico da comunidade, levantar as possibilidades de aproveitamento das potencialidades, estimular a iniciativa já existente de replantio ou repovoamento de locais com novos buritizais, acompanhamento por longo prazo destes novos plantios e seus resultados, sensibilizar a comunidade ao aproveitamento dos subprodutos do buriti como alimentos e como fontes de renda às famílias envolvidas nas atividades de produção.

Houve também a possibilidade de inter-relacionamento entre a academia e a comunidade indígena uma vez que o pesquisador por meio da metodologia da pesquisa-ação, entrevistou junto à comunidade para troca de conhecimentos e de tecnologias.

Nesse sentido, o primeiro capítulo apresenta a localização geográfica e histórica da Comunidade onde a pesquisa foi desenvolvida, o etnomapeamento como uma técnica participativa que a partir de imagem de satélite, desenharam-se as configurações reais das cinco comunidades da Terra Indígena Araçá, mapa este construído pelos jovens e compartilhado pelas lideranças e anciões de cada comunidade. Mostraram-se as ilhas de matas, igarapés e buritizais, rios e lagos, de onde, a partir dos recursos naturais disponíveis, extraem-se os meios de sobrevivência comunitária.

São ainda apresentados nesse capítulo os aspectos metodológicos que envolveram o desenvolvimento das ações e a problematização do objeto caracterizando-se e classificando o buriti como fundamental para a vida e a cosmovisão dos povos ali residentes e suas formas de participação coletiva e envolvimento no referido trabalho.

No segundo capítulo aborda-se sobre o plano de desenvolvimento do buriti e as abordagens teóricas que fundamentam o desenvolvimento econômico, desenvolvimento sustentável e etnodesenvolvimento, apresentando as abordagens para discutir com os teóricos

e estabelecer uma proposta de diálogo, a partir destes conceitos. Ainda são discutidos os conceitos de conservacionismo e economia na Amazônia e a valorização da etnoconservação na Terra Indígena Araçá, comunidade Guariba.

Por fim, o terceiro capítulo descreve todo o processo de construção e implementação da pesquisa-ação em seus momentos de participação com os sujeitos envolvidos nas oficinas de transformação dos subprodutos do buriti e a discussão sobre sua importância como produtos não-madereiros enquanto elementos de troca, numa perspectiva de economia etnodesenvolvimentista dos povos envolvidos no trabalho – Wapichana e Macuxi.



## 2 LOCALIZAÇÃO DO OBJETO NO TEMPO E NO ESPAÇO

### 2.1 BREVE HISTÓRIA DA COMUNIDADE GUARIBA

A comunidade Guariba está situada no extremo norte do estado de Roraima e pertence a região do Amajari juntamente com outras 16 comunidades, divididas em oito Terras Indígenas das quais uma está em fase de demarcação. Mais precisamente, a referida comunidade fica na Terra Indígena Araçá com 50.018 ha.

Esta comunidade surgiu de um povoamento às margens do rio Amajari por volta do ano de 1840, com cerca de oito famílias do povo Wapichana. Com o passar do tempo houve necessidade da escolha de um líder que foi o senhor Joaquim Gentil.

No entanto, pela sociedade não índia, foram explorados por sua força de trabalho e depois pela invasão de sua terra a troco de cachaça. Privados da terra, caça, pesca e cultura, eram ameaçados constantemente. Cartas do início deste século mostram que lideranças se dirigiam à Prelazia pedindo para serem retirados dali e levados à Missão de Surumu por não suportarem mais a opressão. A partir de 1915, a aldeia na liderança do tuxaua Manoel Horácio, toma nova direção em busca de seus direitos.

Ao lutar em torno da demarcação de suas terras, juntamente com líderes de outras aldeias na mesma área, tiveram a concretização dos seus ideais em 1972. A luta dos quatro tuxauas que se sucederam foram importantes na conquista da educação, saúde, projeto de gado, controle do alcoolismo, retirada de posseiros e organização em favor da vida de seus povos.

Distante de Boa Vista a 136 km, da sede do Município de Amajari a 35 km e a 9 km da RR 213, com acesso recém piçarrado pela prefeitura, o que facilitou o acesso até então muito difícil no período chuvoso entre os meses de abril a setembro, a comunidade Guariba recebe este nome em homenagem a Serra do Guariba e tem hoje uma população de aproximadamente 219 pessoas. Possui escola, posto de saúde, energia à combustão (diesel) com 4 a 6 horas diárias e um barracão<sup>3</sup> para reuniões e festas comunitárias.

---

<sup>3</sup> Construção em madeira e cobertura em telha de amianto, o que a comunidade diferencia de maloca ou malocão com cobertura de palhas de buriti ou outras palmeiras.

Apesar de mais de 46% do estado de Roraima corresponder a Terras Indígenas (T.I.) demarcadas, a densidade demográfica na maior parte das T.I. do lavrado é considerada alta, e o crescimento populacional vem exercendo uma pressão ainda maior nesse aspecto. Nessas T.I. do Lavrado de Roraima, os recursos vegetais são explorados em atividades de baixo impacto, como a agricultura de corte e queima, e o extrativismo nas áreas de mata e áreas de margens dos cursos d'água.

O buriti é amplamente utilizado pelas populações indígenas do Lavrado, porém seu uso tem se limitado à construção civil, quase que exclusivamente para a cobertura de casas e malocas<sup>4</sup>. Apenas esporadicamente o fruto é consumido in natura no campo, ou na forma de “vinho”, pelas famílias nas comunidades. Com isso, desperdiça-se o seu potencial alimentar/nutricional e medicinal.

Essa palmeira possui um grande potencial nas áreas abertas do Lavrado, ocorrendo em todo o leste do Estado, chegando a ser em muitos locais a única espécie arbórea. Entretanto, ainda continua sendo um potencial subutilizado pelas comunidades indígenas que tradicionalmente habitam esta região. Além disso, a conservação desta palmeira e seus usos alimentares, medicinal e cultural pelas comunidades indígenas do Lavrado de Roraima têm diminuído a cada ano pelo uso intensivo do fogo, o impacto da criação de gado bovino e ou a superexploração das palhas utilizadas como cobertura de novas casas.

Em Roraima poucos estudos sobre o buriti foram realizados. Os únicos trabalhos encontrados foram os de LIMA (1998) sobre uma análise química sensorial do néctar desta espécie e PESSONI et al. (2002) sobre estrutura populacional, potencial produtivo e etnobiologia do buriti. Apesar disso, essa espécie é amplamente utilizada pelas comunidades indígenas do Lavrado.

No caso da construção civil, esta espécie é usada principalmente na cobertura de casas, pela utilização de suas folhas maduras, que são muito resistentes (ALMEIDA *et al*, 1998). Porém, o fruto do buriti também possui uma grande importância nutricional, é uma fonte de vitamina A de excepcional valor (ALTMAN; CORDEIRO, 1964), exercendo papel fundamental na visão, crescimento, desenvolvimento ósseo e manutenção do tecido epitelial

---

<sup>4</sup> Malocas ou malocões são construções em estilos tradicionais, feitos com madeiras roliças e coberturas em palhas, que servem tanto de moradias quanto como locais de reuniões ou festas comunitárias e variam de tamanhos e formatos.

(YUYAMA *et al*, 1998). É também fator importante para a integridade do sistema imunológico, a reprodução e a lactação (WHO, 1995; *apud* YUYAMA *et al*, 1998).

Este rico potencial está disponível em sua polpa, que é comestível e constituída de uma massa amarelo avermelhada, com sabor ligeiramente ácido e adocicado, podendo ser consumida na forma de sucos e doces (CAVALCANTE, 1996; SHANLEY *et al*, 1998). Outra fonte de alimento proveniente do buriti é o amido ou sagu, produzido pelo parênquima central do caule (HENDERSON, 1995).

Heinen & Ruddle (1974) citados por Henderson (1995), descreveram o elaborado ritual envolvido na coleta de sagu do Buriti pelos índios Warao do Delta Amacuro, na Venezuela. Os autores consideraram que este ritual de colheita e distribuição de amido contribui para preservação da identidade tribal, sendo importante mecanismo de sobrevivência do grupo. Já o uso medicinal e estético está associado ao óleo extraído da polpa que, segundo PENNA (1946) *apud* ALMEIDA *et al*. (1998), possui propriedades energéticas e vermífugas.

A Escola Estadual Indígena Manoel Horácio, localizada na comunidade de Guariba, Terra Indígena Araçá, iniciou um projeto de plantio para recuperação dos buritizais, porém, há uma demanda de ampliação e apoio a esse trabalho, e é isso que a presente proposta busca atingir. As oficinas realizadas capacitaram e sensibilizaram um grupo de pessoas em relação ao plantio, manejo e processamento do buriti. A confecção de material didático possibilitou a ampliação e divulgação dos conhecimentos construídos nas oficinas e a troca de experiências entre instituições enriqueceu ainda mais esses conhecimentos.

Ao conhecer essa iniciativa da Escola local e ser convidado a participar da mesma pela experiência acumulada em trabalhos anteriores, percebeu-se a necessidade de elaborar um projeto mais detalhado e científico para realizar um trabalho mais denso e elaborado em parceria com instituições de pesquisas, a escola e a comunidade de Guariba, envolvendo a organização indígena e de professores.

### **2.1.1 Localização geográfica e etnomapeamento**

O Estado de Roraima, criado pela constituição de 1988, situa-se no extremo norte da Amazônia brasileira, com uma área de 224.301 km<sup>2</sup>. A grosso modo, está caracterizado por ambientes fitofisionômicos amazônicos de florestas (densas e abertas), com cerca de 70% da

área total; campinas e campinaranas do interflúvio rio Branco-rio Negro (11%); além dos “Lavrados” (ecossistemas de savanas regionais), 16%; onde habitam a grande maioria dos indígenas dos troncos linguísticos Aruaque e Karibe (BARBOSA, 2008).

A capital é Boa Vista e constam ainda outros 14 municípios, com uma população do estado estimada em 450.479 habitantes, sendo que cerca de 284.313 vivem na capital. Aproximadamente 50.000 são indígenas aldeados ocupando uma área equivalente a 47% do território total do Estado, divididos em 32 terras indígenas demarcadas e homologadas e em mais de 500 aldeias.

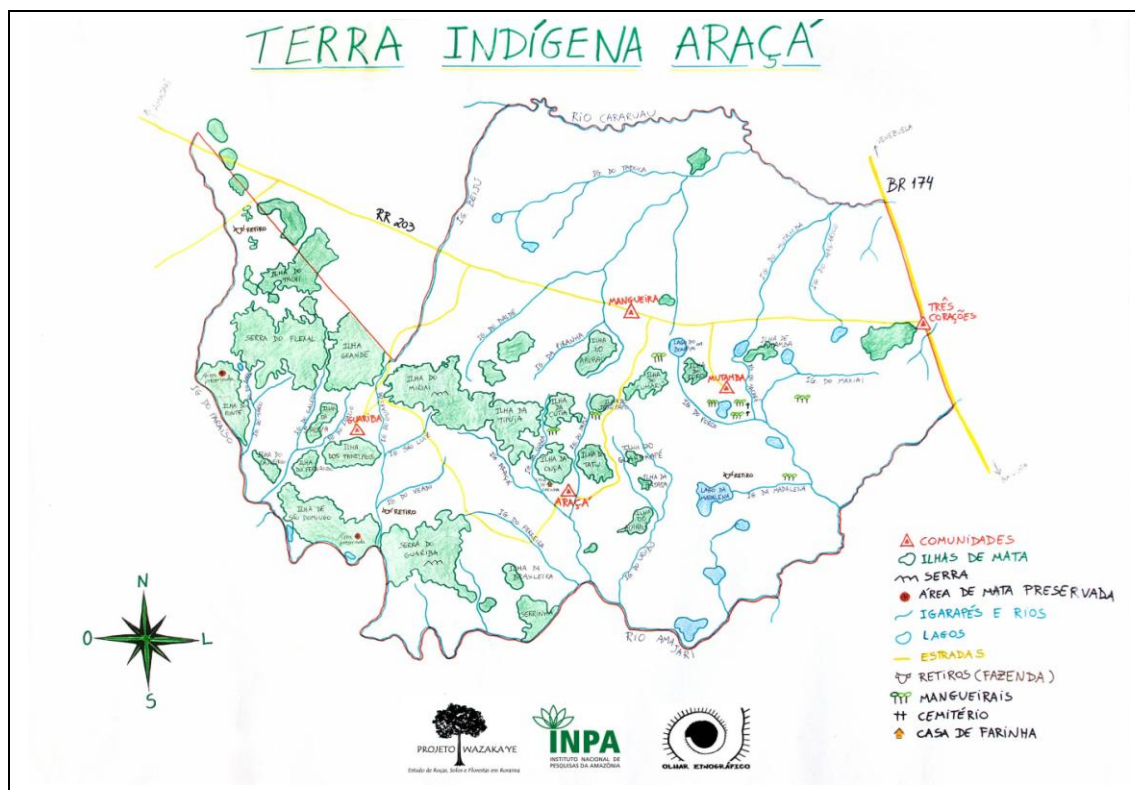
A população do estado está distribuída em 15 municípios conforme dados do IBGE 2010 da seguinte forma:

<b>MUNICÍPIO</b>	<b>POPULAÇÃO</b>
Boa Vista (capital)	284313
Rorainópolis	24279
Caracaraí	18398
Alto Alegre	16448
Mucajá	14792
Iracema	8696
Uiramutã	8375
Caroebe	8114
São João da Baliza	6769
São Luiz do Anauá	6750
Cantá	13902
Bonfim	10943
Normandia	8940
Amajari	9327
Pacaraima	10433

Fonte: IBGE

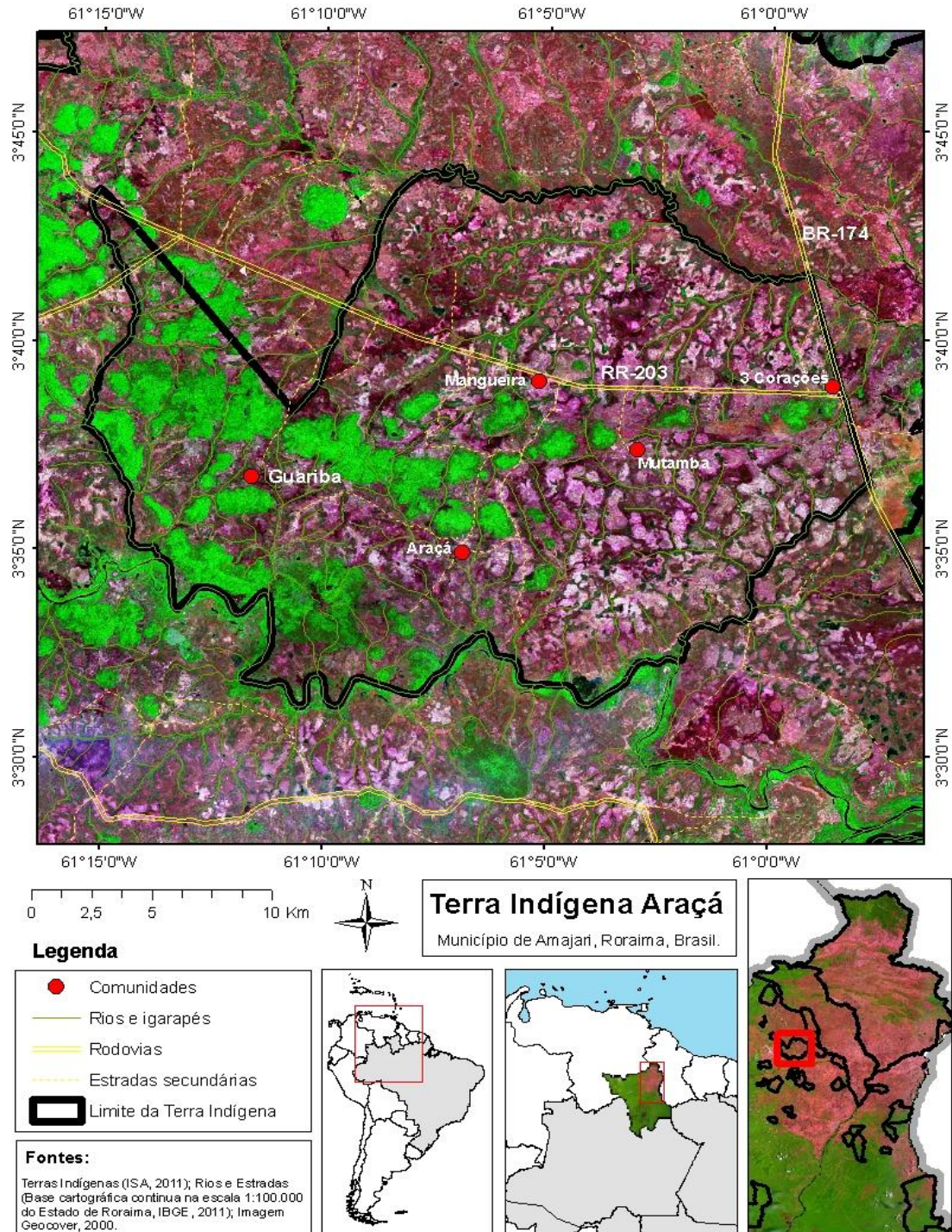
A Terra Indígena Araçá está localizada na região norte do estado de Roraima, no município de Amajari, etnorregião do Amajari. Com uma área de 50.018 ha. Situada numa tipologia vegetal conhecida regionalmente como Lavrado que compreendem a maior área de um ecossistema de savanas da Amazônia brasileira, fora as savanas da região de transição

para os Cerrados do Brasil Central. Essa área ocupa aproximadamente 40.000 km<sup>2</sup>, correspondente a 18% do Estado (BARBOSA, 2008).



Etnomapa da Terra Indígena Araçá, construído durante uma das oficinas do Projeto Wazakayê, por membros da comunidade do Araçá, Mutamba e Guariba.

O mapa abaixo mostra a disposição da Terra Indígena Araçá, na América do Sul, Brasil, Roraima e no detalhe maior entre as terras indígenas do Lavrado, num total de 28 terras demarcadas e homologadas no Estado.



Neste mapa visualiza-se a Terra Indígena que atualmente é habitada por cerca de 2000 indígenas das etnias Macuxi, Wapichana, Taurepang, Saporá e possui uma infraestrutura mínima de comunidade como: água encanada em boa parte das residências, energia elétrica à combustão em períodos alternados de energia, estradas, escolas de Ensino Fundamental e Médio, postos de saúde, áreas de lazer, utilizam-se de tratores e equipamentos agrícolas e relacionam-se com os municípios vizinhos e com a capital por meio de rodovias pavimentadas. Vários indígenas possuem veículos motorizados como automóveis e motos, e um número significativo de professores das cinco comunidades estão cursando ou já colaram grau em nível superior pela Universidade Federal de Roraima – UFRR, no Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena.

Todas as partes em verdes são ilhas de matas e os demais são veredas de buritizais, igarapés e lagos nos campos abertos dos lavrados, mostrando a quantidade e as restrições de recursos vegetais e solos férteis para uma agricultura rudimentar tradicional de corte e queima.

No entanto, ao longo dos tempos, a cultura dos povos que ali habitam lhes deu a habilidade de uma espécie de zoneamento ecológico-econômico capaz de trazer até aos dias atuais uma maneira de viver, onde extraem dessas pequenas ilhas, madeiras para a construção de casas e malocões, cultivam roças de no máximo dois hectares, onde a agrobiodiversidade é cultivada durante um período e depois de dois ou três anos, deixa-se em repouso aquela área por dez ou mais anos.

O crescimento populacional de cerca de 10% a.a., segundo dados da FUNASA (2008), tem preocupado as lideranças com relação aos recursos naturais, uma vez que estes estão escassos e que mesmo com os programas de assistencialismo dos governos, não terão segurança com relação aos usos de recursos tradicionais de uso comum destes povos.

Para tanto, o projetos têm sido propostos e desenvolvidos por instituições e organizações, como é o caso do *Wazaka'yê*<sup>5</sup>, que se propõe ao estudo de roças, solos e florestas em Roraima e tem como principais atividades a produção de mudas de espécies

---

<sup>5</sup> Projeto proposto pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Coordenação de Pesquisas em Ciências Agronômicas (CPCA), Núcleo do INPA em Roraima (INPA/RR). *Wazaka'yê* – Guiagrofor Estudo de Roças, solos e florestas indígenas em Roraima. Desenvolvimento de Sistemas Agroflorestais Sustentáveis baseados nos conhecimentos de populações Indígenas e quilombolas na Região do Escudo das Guianas.

frutíferas e madeiráveis, com destaque para o pau-rainha (*Centrolobium paraense*), em plantios experimentais.

Ainda em busca de alternativas, o uso de adubações verdes; o estudo da fertilidade do solo em diferentes ambientes (florestas, capoeiras, lavrados e quintais); caracterização de quintais com árvores frutíferas; estudo sócio-econômico; acompanhamento de atividades escolares com projetos de feira de ciências nas escolas das comunidades e projeto especial Nossas Plantas, aprovado em edital do CNPq.

As atividades são planejadas e executadas em conjunto com as comunidades e são divulgadas por meio de informativos que relatam e ilustram as atividades, mostrando os resultados em andamentos.

## 2.2 IDENTIFICANDO O OBJETO DA PESQUISA

### 2.2.1 O que são o objeto e os sujeitos e como se relacionam com a pesquisa?

O desafio desta proposta de intervenção que culminou com a produção desta dissertação foi estimular a comunidade Guariba ao uso do buriti como fonte alimentar/nutricional, buscando repovoar as baixadas com novas plantas e potencializar seu uso comercial, a partir da realização de oficinas de educação ambiental e produção de material didático/pedagógico com professores e alunos na Escola da Comunidade, bem como de produção de derivados da polpa do buriti, produção de mudas, plantio e cuidados com os novos buritizais.

Promover o debate para a iniciativa comunitária de plantio de buriti na Terra Indígena Araçá em Roraima, na perspectiva etno-desenvolvimentista conservacional pautada numa proposta de intervenção sócio-ambiental por meio de ações didático-pedagógicas foi o objetivo geral do projeto de pesquisa que se propôs também a confeccionar material didático sobre plantio, manejo, colheita, processamento, comercialização e importância da conservação do buriti a partir das oficinas realizadas pelo pesquisador junto à Comunidade, visando especificamente aos seguintes objetivos:

- a) Apoiar a conservação e manejo sustentável do buriti nas comunidades indígenas do lavrado de Roraima, com o intuito de intensificar o uso desta



espécie como um valioso recurso natural disponível às populações indígenas, inclusive como uma alternativa econômica;

- b) Avaliar a importância econômica e cultural atual do uso do buriti como uma possibilidade de etnodesenvolvimento para as comunidades indígenas;
- c) Desenvolver atividades educativas sobre a importância da diversidade biológica existente no ecossistema constituído pelos buritizais, como um princípio de conservação da biodiversidade e valorização cultural;
- d) Realizar oficinas, atividades de educação ambiental, troca de experiências e apoiar a confecção de materiais didáticos pedagógicos (cartilhas, folders, etcetera.) de modo a contribuir para o fortalecimento das iniciativas de gestão ambiental comunitária do buriti.

Nos anos recentes, a manutenção da diversidade biológica tornou-se um dos objetivos mais importantes da conservação, da ecologia. A partir de grandes conferências como as de Estocolmo em 1972, do Clube de Roma e Rio-92, essas discussões se ampliaram e diversos protocolos foram assinados e compromissos assumidos pelos governantes.

Organizações não governamentais surgem no mundo inteiro buscando auxiliar a população afetada pelos desmatamentos, grilagem de terras, explorações minerais, construções de barragens, caça e pesca predatórias, tráfico de animais e plantas e no fortalecimento de organizações políticas das populações tradicionais para luta por seus direitos e em busca de políticas públicas que atendam suas reivindicações.

Nesse sentido, surgem na Amazônia brasileira movimentos que visam aproveitar os conhecimentos tradicionais de índios e ribeirinhos, a valorização dos seus costumes e formas de vida como alternativas econômicas ao desenvolvimento sustentável.

Em Roraima, esse movimento sócio-econômico ainda é incipiente, porém, já começam a ganhar força entre as organizações indígenas locais, pequenas alternativas com esse intuito, baseadas em iniciativas conjuntas com pesquisadores e suas instituições de pesquisas.

O extrativismo dos recursos naturais (buriti) pela Comunidade indígena Guariba se dá até o momento, sem uma preocupação econômica e/ou nutricional, porém a partir de uma intervenção via trabalho educativo/científico, para ampliação da percepção dos valores da etnoconservação e do etnodesenvolvimento, realizados pela Escola Indígena Manoel Horácio

e a Comunidade, ampliam-se a percepção desses conceitos e valores. A problemática da dinâmica exercida pelo extrativismo no processo de desenvolvimento regional deu origem a inúmeras controvérsias entre grupos sociais que defendiam dois pontos de vistas distintos (LESCURE, 1975).

Para o primeiro desses grupos, as margens reduzidas de lucros, o saldo precário dos recursos apropriados, o âmbito restrito dos mercados, a competição exercida pelos produtos sintéticos ou a disponibilidade de produtos oriundos de plantações industrializadas, somadas à marginalização crescente dos atores sociais, tudo isso justificaria a condenação do extrativismo, que passou a ser considerado como um modelo de exploração dos ecossistemas amazônicos carentes de valor prático, ou seja, um modelo que define-se como mera subsistência não levando em conta os valores agregados.

Para o segundo grupo, pelo contrário, a utilização unilateral de argumentos econômicos não justifica este julgamento.

O aspecto ecológico do extrativismo, que explora o valor intrínseco da floresta, opõe-se à degradação causada pela adoção de políticas regionais de gestão que promovem novos esquemas de desenvolvimento baseados em áreas de pastagem e núcleos agrícolas pioneiros. Os protagonistas deste segundo ponto sugerem a criação de reservas extrativistas - RESEX, no âmbito das quais seriam implementadas práticas de gestão diretamente voltadas para a satisfação das necessidades socioculturais dos povos que habitam a floresta e capazes de, ao mesmo tempo, preservar a biodiversidade do ecossistema (LESCURE, *et al.* 1997).

O extrativismo é frequentemente considerado como obsoleto, uma recordação dos numerosos ciclos econômicos experimentados pelo Brasil. As recentes atividades políticas dos sindicatos dos seringueiros e o crescente ganho de consciência pública dos problemas ecológicos contribuíram para reforçar esta prática, exercida já há bastante tempo no contexto da gestão dos recursos florestais na Amazônia (LESCURE, *et al.* 1997. p. 453).

De acordo com Barbosa (2005), em Roraima a área em que estão os índios Macuxi e Wapichana é popularmente conhecida como Lavrado e/ou savana, são as unidades de vegetações situadas em todo o sistema geomorfológico da formação Boa Vista e quase todo da Formação Surumu. Em sua parte mais ao sul e central, toda esta vegetação de savanas é caracterizada por formar um grande mosaico com lagos que abastecem pequenos cursos de

água por toda esta região. Não possui um limite bem definido, mas ao norte, faz divisa com o grande complexo da Serra da Memória e, com a confluência dos rios Mucajá e Branco.

E é nesse ambiente que os indígenas da comunidade Guariba estão tradicionalmente inseridos, e que conforme outrora citado, ainda defendem o primeiro argumento, porém após um pequeno trabalho voluntário, que realizou-se na Comunidade a convite de uma professora, esta visão pendeu ao segundo argumento, o que foi objeto desse trabalho. Contudo, a discussão sobre etnodesenvolvimento com a comunidade indígena e a acadêmica precisa ser ampliada, segundo Stavenhagen:

[...] etnodesenvolvimento de grupos étnicos no interior de sociedades mais amplas, deva tornar-se a principal questão da reflexão sobre o desenvolvimento, tanto teórica quanto praticamente (STAVENHAGEN, 1985, p. 41).

Para os Wapichana do Guariba essa discussão sobre etnodesenvolvimento precisa iniciar-se para melhorar a impressão dos núcleos centrais das comunidades, que segundo conceito citados por Marques (1999) de desenvolvimento sustentável tal qual proposto pela Comissão Brundtland (Comissão Mundial sobre o meio ambiente e desenvolvimento, 1988), diz respeito ao atendimento explícito das necessidades (ver p. 9) e implícito das aspirações (ver p.46) das gerações futuras, preocupação similar ao famoso “compromisso diacrônico” sonhado pelo ecodesenvolvimento clássico à Ignacy Sachs.

Dessa maneira, pensa-se que os modelos desenvolvimentistas baseados na perspectiva etno-desenvolvimentista inserem a participação qualificada desses povos, por meio de mecanismos de Controle Social no desenvolvimento de propostas endógenas, bem como na formulação e execução de políticas públicas que lhes dizem respeito e estejam pautadas no desenvolvimento de atividades norteadas pelos preceitos da sustentabilidade, da não geração de dependência tecnológica e econômica, assim como pela gestão transparente – ambiental e territorial, dos recursos necessários à sua realização, com enfoque à proteção das Terras Indígenas e à valorização dos conhecimentos tradicionais e técnicas destes povos.

Conceitos como etnodesenvolvimento, desenvolvimento sustentável, ecodesenvolvimento e etnoconservação estiveram em diálogo permanente para a construção de um novo conceito durante a execução do Projeto, incluindo aí uma discussão sobre biodiversidade, conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais dos povos indígenas da amazonia. O debate entre esses conceitos inseridos no contexto amazônico atual em que o

meio ambiente é o foco das discussões e das pressões internas e externas às políticas públicas de proteção e defesa da biodiversidade Amazônica.

Na Amazônia, especialmente na brasileira, várias instituições de ensino, pesquisa, bem como muitas organizações não-governamentais e governamentais, indigenistas ou não, discutem atualmente o aproveitamento dos recursos e dos conhecimentos dos povos da região, com o intuito de manter viva a floresta e seus habitantes tradicionais valorizando no mercado interno e externo os produtos e subprodutos da Amazônia e a revitalização das culturas existentes.

Em Roraima, o discurso sobre a questão indígena está permeado de preconceitos tanto a partir das autoridades quanto da maioria da população não-indígena, induzida pelos meios midiáticos, fomentados pelo próprio estado, que não possui uma política pública de desenvolvimento sustentável dirigida aos povos indígenas e populações tradicionais.

A execução de um projeto de aproveitamento dos recursos do Buriti em uma comunidade indígena, apresentou-se como uma proposta alternativa de política pública nas áreas de saúde, segurança alimentar, educação ambiental.

Tomando o conceito de conservação apresentado por Diegues (2000), em Roraima as comunidades indígenas têm de certa forma seguido o conceito do autor, pois têm dado aos buritizais os usos e de certa forma procurado conservá-los, como:

Conservação é o manejo do uso humano de organismos e ecossistemas, com o fim de garantir a sustentabilidade desse uso. Além do uso sustentável, a conservação inclui proteção, manutenção, reabilitação, restauração e melhoramento de populações (naturais) e ecossistemas (DIEGUES, 2000, p. 1).

Nesta pesquisa buscou-se considerar o conceito acima, bem como apontar contribuições a um novo modelo de etnodesenvolvimento.

## 2.3 PROBLEMATIZAÇÃO DO OBJETO

### 2.3.1 Porque o objeto é uma problemática?

A problemática tratada é de um modelo de sustentabilidade desenvolvido na Comunidade Guariba, Terra Indígena Araçá – Etnorregião do Amajari, situada no município

de Amajari, estado de Roraima. A comunidade acima referida teve conhecimento pleno do projeto, pois o mesmo foi discutido e aprovado em reunião comunitária.

Todos os membros demonstraram interesse na aplicação do projeto porque o mesmo replica e amplia um trabalho iniciado por uma professora de quarta série da Escola local, e nesta pesquisa trouxe uma conotação científica à ideia inicial, pois dará subsídios aos futuros projetos comunitários.

As relações de escambo, trocas, vendas e compras ao longo da história na região que hoje compreende ao estado brasileiro de Roraima, não se limitam apenas a esta área geográfica, mas sim, a um espaço bem mais amplo denominado por vários estudiosos como Maciço Guianense Ocidental, descrito por Melatti (1997) como:

(...) as terras altas situadas no sul da Venezuela e nas fronteiras desse país com o Brasil e com a Guiana. (...) Apesar de montanhosa, a área é coberta pela floresta, que apresenta, entretanto, manchas de savana, e mesmo campos, como os que se estendem por uma grande superfície em torno do monte Roraima, situado bem no ponto em que as fronteiras do Brasil, Venezuela e Guiana se encontram (MELATTI, 1997. p. 65).

Sobre o comércio na região, Roth (1974) citado por Melatti, fala de um intercâmbio intertribal, mas não podemos dissociar as transações intertribais (entre sociedades indígenas), das intratribais (dentro de cada sociedade indígena) e das interétnicas (dos índios com os não índios), conforme faz Coppens (1971:39) ao tratar do comércio dos iecuanas, uma vez que tanto os artigos trocados como os agentes de trocas podem ser da mesma ou de diferentes sociedades (MELATTI, 1997).

Na região os iecuanas se destacam pelo longo percurso de alguns de seus artigos e também por constituírem um importante elo nas cadeias comerciais que cortam a área de leste a oeste e de norte a sul, deslocando-se eles próprios por grandes distâncias, que eram ainda maiores durante o período colonial (MELATTI, 1997. p. 65).

Numa viagem em que contornavam todo o maciço pelo sul, e que durava aproximadamente um ano, os iecuanas levavam redes de algodão, camisas de cortiça, raladores de mandioca, cães de caça, e pretendiam receber em troca instrumentos de ferro, principalmente machados e facas de caça (MELATTI, 1997).

A princípio, esses contatos eram amigáveis, depois veio o conflito e o rompimento com os espanhóis, e o estabelecimento de relações comerciais com os holandeses, que passa a ser relatado pelos iecuanas como parte do mito *Watunna*.

Ainda nos dias atuais, os iecuanas realizam grandes viagens como descer os rios Auaris e Uraricoera até a capital Boa Vista e retornar, quando passam em média 25 a 30 dias para descer e o dobro para retornar.

Com o estreitamento das relações e a chegada definitiva dos portugueses no vale do Rio Branco, por volta de 1750, uma série de conflitos se deram ao longo dos séculos e somente nos idos dos anos de 1971, se inicia um novo processo de reorganização dos povos indígenas a partir do estímulo da igreja católica que, nesse período, envia a Roraima um bispo chamado D. Aldo Mongiano.

Este bispo, juntamente com alguns padres da corrente política da teologia da libertação, inicia um trabalho de organização dos povos indígenas e de formação política dos mesmos. Em 1971, na missão Surumu, onde hoje funciona o Centro Indígena de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol – CIFCRSS, Terra Indígena Raposa Serra do Sol, reúne mais de 60 tuxauas e iniciam um processo de lutas por direitos à terra, saúde e educação diferenciada, que culminam com os direitos conquistados por meio da constituição de 1988 em seus artigos 231 e 232.

Outro item da relação com a igreja católica e que tem relação direta com a economia indígena em Roraima e com o processo citado anteriormente de luta pela terra, é o projeto “Uma vaca para o índio”, também conhecido como projeto M+ (eme cruz), que consiste em adquirir um lote de 50 vacas e 2 reprodutores que são entregues a uma comunidade por um período de cinco anos e ao final deste período, a comunidade repassa a outra comunidade a mesma quantidade e fica com todo o produto destes definitivamente.

Para adquirir tal projeto, a comunidade deveria se comprometer com a Diocese e a organização indígena – Conselho Indígena de Roraima – CIR, em construir a primeira caiçara (curral), adquirir os arreios e o cavalo e treinar o vaqueiro, além de assinar em cartório o termo de compromisso segundo as regras do projeto.

As discussões das primeiras assembleias de tuxauas e os diversos projetos de formação de vaqueiros, seleiros, curtidores de couros, corte e costura, além dos cursos de formação de

lideranças, geraram um índice de conscientização política e liderança que culminou com a demanda por uma organização própria.

No ano de 1987 cria-se o Conselho Indígena do Território de Roraima – CINTER, mais tarde em 1989, após a criação do Estado, transforma-se em Conselho Indígena de Roraima – CIR. Esta organização apoiada pela missão Consolata e Diocese de Roraima, organiza a resistência aos garimpeiros, à bebida alcoólica, aos fazendeiros na região e conseguem viabilizar as demarcações das Terras Indígenas e reorganizar suas economias, conforme suas tradições.

A partir desta organização, surgem outras mais especializadas, o caso da Organização dos Professores Indígenas de Roraima – OPIRR, que luta por uma educação de qualidade e diferenciada como é de direito. Surge também, do seio dessa luta outra organização do movimento de mulheres, OMIR – Organização das Mulheres Indígenas de Roraima, que defende os direitos destas mulheres. Todas essas entidades têm seguido a mesma ideologia de defesa dos direitos de todos os povos indígenas.

No ano de 2010, houve uma iniciativa da Rede Amazônica de Televisão objetivando que os estados amazônicos se identificassem com uma planta (árvore) símbolo, seguindo o já estabelecido pelo estado do Pará, que tem como marca própria o Açaí (*Euterpe oleraceae* e *Euterpe precatória*).

Esta série foi apresentada em rede nacional e Roraima assumiu a identidade do buriti (*Mauritia flexuosa*). A paisagem do Lavrado, ambiente aberto com relevo quase plano, promovendo uma ampla visão e entrecortado por veredas de buritizais que acompanham pequenos cursos d'água, conhecidos regionalmente como igarapés, promovem uma beleza cênica incomparável.

Além disso, em todas as feiras públicas e vários pontos da cidade é comum se verificar pontos de despulpas e vendas de buriti e outros produtos do extrativismo vegetal da região, tais como, açaí, bacaba, dentre outros.

A cada evento representativo de Roraima, seja interno ou externo, apesar do anti indigenismo regional, as lembranças, as aspirações de quem vem ao estado são sempre artesanatos indígenas e estes, na sua maioria, são de fibras de buriti.

Então, se Roraima assume essa identidade com o buriti, e identidade é principalmente sentir-se como e ser aceito como, e isto é claro por aqui, somos mesmo iguaizinhos ao buriti.

## 2.3.2 Metodologia

### 2.3.2.1 Procedimentos metodológicos

Segundo Santos (2004), os procedimentos adotados para pesquisa por se tratar de um trabalho de documentação em fontes primárias foi o método etnográfico, que consiste na descrição de determinados grupos de indivíduos<sup>6</sup>, comunidades<sup>7</sup>, condições e instituições, com a finalidade de obter generalizações sobre o fenômeno, abrangendo o conjunto das atividades de um grupo social particular, no caso a Comunidade Indígena Guariba na Terra Indígena Araçá, Estado de Roraima, como uma unidade concreta. E de acordo com Cardoso de Oliveira (1996), essa etnografia é uma somatória do olhar, ouvir e escrever do pesquisador. Sobre esse assunto autor diz:

Se o Olhar e o Ouvir constituem a nossa “percepção” da realidade focalizada na pesquisa empírica, o Escrever passa a ser parte quase indissociável do nosso “pensamento”, uma vez que o ato descrever é simultâneo ao ato de pensar [...], não obstante, sendo o ato de escrever um ato igualmente cognitivo, esse ato tende a ser repetido quantas vezes for necessário; portanto, ele é escrito e rescrito repetidamente, não apenas para aperfeiçoar o texto do ponto de vista formal, mas também para melhorar a veracidade das descrições e da narrativa, aprofundar a análise e consolidar argumentos (OLIVEIRA, 1996, p. 29).

O trabalho realizado na Comunidade Guariba, Terra Indígena Araçá, município de Amajari, Estado de Roraima, seguiu um trabalho já iniciado de plantio de buriti pelos alunos da 4ª série da Escola Estadual Indígena Manoel Horácio.

Oficinas foram realizadas onde se esclareceu todo o processo de utilização do buriti pela comunidade, as etapas de colheita dos frutos e palhas, o processamento da polpa dos frutos, os subprodutos da polpa e cascas, artesanato e utensílios de fibra e palhas,

---

<sup>6</sup> Indivíduo é sinônimo de pessoa ou ser humano singular. Dicionário de Ciências Sociais, Editora: FGV, 1ª Edição, Rio de Janeiro: 1986.

<sup>7</sup> Comunidade é uma coletividade de atores que compartilham de uma área territorial limitada como base para o desempenho da maior parte de suas atividades cotidianas. A comunidade não é necessariamente uma unidade auto – suficiente (Op. Cit.).



propriedades nutritivas e medicinais, uso comunitário e comercialização. A partir destas informações foi possível buscar mecanismos que pudessem ajudar a fortalecer a economia das comunidades, ao mesmo tempo em que se garante a qualidade de vida das pessoas e do meio ambiente.

O estudo voltado à utilização dos buritizais na comunidade de Guariba pode integrar informações ecológicas e socioeconômicas, dada a importante função desempenhada por esse ecossistema frente às demandas das populações indígenas. O diálogo estabelecido entre a academia, a escola comunitária e a própria comunidade valorizara os conhecimentos indígenas e amplia esses conhecimentos no âmbito da comunidade e no âmbito científico.

A intenção deste trabalho é contribuir com as comunidades indígenas da Terra Indígena Araçá, município de Amajari, Roraima, para o aproveitamento e/ou melhor utilização do potencial produtivo e para o estudo da etnobiologia do Buriti. O trabalho foi realizado em parceria com a Escola Estadual Indígena Manoel Horácio da Comunidade indígena Guariba, no projeto desenvolvido pela professora Clesneide Marques com alunos da 4ª série.

Dos resultados obtidos durante a intervenção foram elaborados produtos que deram condições de continuidade destes, por meio de artigos científicos, cartilhas, folders, cartazes e participação em eventos.

A metodologia aplicada com relação a esse trabalho foi a pesquisa-ação, que segundo Thiollent:

[...] é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 2005, p. 16).

A participação de membros da comunidade não só como sujeitos do trabalho, mas como atuantes nas ações do projeto, não foi somente efetiva sua participação como também modificou as ações e os resultados. Pois para uma pesquisa ser qualificada como pesquisa-ação, necessário se faz uma real ação por parte dos membros da sociedade envolvida.

Na pesquisa-ação o pesquisador desempenha um papel ativo na resolução dos problemas encontrados, acompanha e avalia as ações desencadeadas em função desses problemas. Contudo, a pesquisa-ação exige uma estrutura de relacionamento entre pesquisador e as pessoas da situação investigada que seja participativa.

Para as ações propostas para a realização da pesquisa-ação na comunidade Guariba, considerou-se que a mesma é uma estratégia metodológica da pesquisa social na qual:

Há uma ampla e explícita interação entre pesquisadores e pessoas implicadas na situação investigada;  
 Desta interação resulta a ordem de prioridade dos problemas a serem pesquisados e das soluções a serem encaminhadas sob forma de ação concreta;  
 O objeto de investigação não é constituído pelas pessoas e sim pela situação social e pelos problemas de diferentes naturezas encontrados nesta situação;  
 O objeto da pesquisa-ação consiste em resolver ou, pelo menos, em esclarecer os problemas da situação observada;  
 Há, durante o processo, um acompanhamento das decisões, das ações e de toda a atividade intencional dos atores da situação;  
 A pesquisa não se limita a uma forma de ação (risco de ativismo); pretende-se aumentar o conhecimento dos pesquisadores e o conhecimento ou o “nível de consciência” das pessoas e grupos considerados (THIOLLENT, 2005, p. 18-19).

Para um trabalho desenvolvido numa comunidade indígena, já com muito tempo de contato e com pessoas que também partilham uma vida acadêmica como é o caso dos professores indígenas que atualmente fazem um curso de Licenciatura Intercultural no Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena da Universidade Federal de Roraima – UFRR, não será difícil partilhar tal metodologia.

Nesse sentido, foi realizado juntamente com alguns acadêmicos do Curso de Gestão Territorial Indígena do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena da Universidade Federal de Roraima – UFRR, um diagnóstico da comunidade Guariba e uma descrição da ação pedagógica da professora Clesneide Marques da 4ª série, da Escola Estadual Indígena Manoel Horácio, dando continuidade a essa ação e com o apoio da mesma, realizamos oficinas de aproveitamento dos subprodutos do fruto do buriti.

A partir de então, iniciou-se a pesquisa de campo exploratório-descritivo combinados, que se caracteriza pela observação direta cujo objetivo é a formulação de questões ou de um problema, com as seguintes finalidades: aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno, para realização de uma pesquisa mais precisa ou modificar e classificar conceito, descrever determinado fenômeno, pretende-se com a observação da vida real, coletar informações significativas nos aspectos qualitativos. Nessa perspectiva Neto, observa que:

Essa forma de investigar, além de ser indispensável para a pesquisa básica, nos permite articular conceitos e sistematizar a produção de uma determinada área do conhecimento. Ela visa criar novas questões num processo de incorporação e superação daquilo que já se encontra produzido (NETO, 1994, p. 52).

Foram realizadas oficinas e acompanhamento ao buritizal com vários membros da comunidade, sendo feita a coleta dos frutos in natura (cachos), transportados pelo trator da comunidade até a escola onde foram abafados para completar o processo de maturação – depositados em uma sala limpa e cobertos com palhas secas do próprio buriti, por um período de dois a três dias, quando já estavam completamente maduros, foram lavados e depositados em tambores plásticos com água por um dia e meio, depois de retirados da água são descascados e manualmente feita a retirada da polpa com uma colher um a um.

Todos esses processos foram cientificamente medidos e anotados, desde o tempo de retirada dos frutos, os tempos de esperas, a pesagem dos frutos in natura, a contagem por cachos, e posteriormente a pesagem das cascas, polpa e sementes.

A presença do pesquisador em campo foi precedida de reunião deste com o Tuxaua – autoridade máxima na comunidade – que em reunião comunitária apresentou a proposta a toda a comunidade, que considerou relevante uma vez que já conhecia o trabalho de uma outra oficina anterior realizada pelo pesquisador voluntariamente dentro do projeto maior que é o Wazakai'ê, portanto, a aceitação foi natural. Ainda assim, o pesquisador apresentou a sua proposta de trabalho à FUNAI - Fundação Nacional do Índio – e à Assembleia Regional da Etno-região do Amajari e à organização a qual a comunidade é vinculada, ou seja, o Conselho Indígena de Roraima – CIR, e em todos foi aceita e autorizada sua execução.

Dentre as técnicas utilizadas na pesquisa desenvolvida, houve a produção de mapas temáticos da Terra Indígena Araçá como um todo, com o intuito de mapear as bacias hidrográficas, paisagens, vegetação, solos e seus usos, potenciais agrônômicos, buritizais, dentre outros.

Como o zoneamento ecológico econômico realizado pelo Estado, por circunstâncias políticas locais com as organizações indígenas e a partir dessas com a Fundação Nacional do Índio - FUNAI, não contemplou as Terras Indígenas, vários trabalhos de etnomapeamento participativo foram realizados por equipes técnicas contratadas pelas organizações indígenas e ONGs parceiras e também pelo Projeto Integrado de Proteção e Vigilância das Terras Indígenas da Amazônia Legal – PPTAL.

Dentre esses, a T.I. Araçá está contemplada com vários mapas, sendo o mapeamento dos buritizais um dos temas realizados, com o objetivo de medir a capacidade produtiva dos mesmos (em fase de digitalização).

#### 2.4 IMPORTÂNCIAS E MOTIVAÇÕES

A pesquisa sócio-econômica qualitativa em nossa concepção tem tripla relevância que se articulam dentro do debate teórico desenvolvido no decorrer da pesquisa, na categorização dos dados coletados no trabalho de campo e na análise interpretativa desses dados.

A primeira relevância é a teórica porque contribui com a discussão acerca da problemática social pesquisada, reforçando o entendimento e reformulando novas formas de análises científicas. A Segunda é a acadêmica, pois ela nos permite engrandecimento de conhecimentos e a mudança de nossa práxis diante dos fenômenos sociais. A terceira e última relevância é a política, pois com o resultado das análises produzidas pode-se evidenciar necessidade de mudanças.

Dessa maneira, acredita-se que esse debate de caráter interdisciplinar sobre esse fenômeno tangente, deve fomentar iniciativas no sentido de entender, caracterizar e até combater esse fenômeno sócio-educacional nessa região que faz parte da Amazônia.

### 3 PLANO DE ETNODESENVOLVIMENTO DO BURITI

#### 3.1 ABORDAGENS TEÓRICAS: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO; DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL; ETNODESENVOLVIMENTO

##### a) Sobre o Desenvolvimento Econômico

O conceito de Desenvolvimento Econômico segue bifurcações epistemológicas que dependem das orientações teóricas de seus autores levando em conta aspectos multifacetados e interdisciplinares. Inicia-se este debate sobre Desenvolvimento Econômico informando que se trata de um conceito que por sua amplitude aproxima a Economia das demais Ciências Sociais aplicadas. Sua caracterização não se restringe ao crescimento da produção, mas trata principalmente de aspectos quantiquantitativos relacionados à produção, à distribuição e ao crescimento.

Esse conceito se pauta no tempo e espaço de reconfiguração do cenário político mundial, que possibilita a emergência de modelos econômicos que têm como característica a sobrejugação de forças entre países envolvidos no redesenho geopolítico.

É um conceito que observa a maneira de como os produtos do desenvolvimento econômico são distribuídos na sociedade, como se relacionam com a redução ou aumento da pobreza e riqueza, de como aferir salários e outras formas de renda. Concomitante com o aumento da produtividade do trabalho, a melhoria da mão de obra oferecida, ao aperfeiçoamento das condições tecnológicas de trabalho visando ao aumento da produtividade.

Desta maneira, é pressuposto básico do desenvolvimento econômico sua ligação ao capitalismo que determina a acumulação de capital para tal financiamento da ruptura das condições até então vigentes. Tal dinâmica, às vezes tratada na literatura como um processo que confunde o conceito de desenvolvimento com o de crescimento econômico de forma mais restrita, este envolvendo questões puramente quantitativas.

Assim, o Desenvolvimento Econômico articula-se aos processos dinâmicos que representam rupturas das condições econômicas vigentes ocupando um novo espaço conjuntural, dessa maneira, não se pode negar seu aspecto dialético. Como os processos de

ruptura pressupõem alguma forma de acumulação de capital que a financie, o fenômeno do desenvolvimento está relacionado com as economias capitalistas.

O desenvolvimento de novas tecnologias promoveram as revoluções industriais a partir do século XVIII e foram responsáveis pelo desenvolvimento das nações que hoje integram o chamado Bloco dos Países Desenvolvidos. A partir da revolução industrial e com o surgimento de novas tecnologias que impulsionaram não só o setor industrial, mas também outros como a agricultura, os transportes e demais serviços que fortaleceram cada vez mais as nações capitalistas. Tal “salto tecnológico” promoveu a ruptura do processo econômico de que precisava o desenvolvimento facilitando sua expansão.

O desenvolvimento econômico somado à tecnologia promove, portanto, a ruptura do processo econômico primário, necessário ao desenvolvimento facilitando os processos produtivos, ampliando a escala de produção, aumentando a produção por trabalhador, gerando mais renda para ser gasta em outras inovações na compra de mais capital e na promoção do bem estar social<sup>8</sup>. O economista brasileiro Celso Furtado definiu o desenvolvimento econômico como sendo,

Um processo de mudança social pelo qual um número crescente de necessidades humanas – preexistentes ou criadas pela própria mudança – são satisfeitas através de uma diferenciação no sistema produtivo decorrente da introdução de inovações tecnológicas (FURTADO, 1964, p. 46).

A ideia de Desenvolvimento Econômico está presente desde os primeiros elementares estudos econômicos, passando pelo Clássico e pelo Contemporâneo. Inicia-se abordando a Fisiocracia, escola de pensamento econômico formada por economistas burgueses no século XVII na França, ficou conhecida pelo trabalho pioneiro de François Quesnay (1694-1774) que, por meio do seu *Tableau Économique* de 1758, definiu o sistema econômico à semelhança do funcionamento do organismo humano, ou seja, modelo econômico funcionalista.

---

<sup>8</sup> BEM-ESTAR SOCIAL - "É o bem comum, o bem da maioria, expresso sob todas as formas de satisfação das necessidades coletivas. Nele se incluem as exigências naturais e espirituais dos indivíduos coletivamente considerados; são as necessidades vitais da comunidade, dos grupos e das classes que compõem a sociedade". (MEIRELES, 1976, p. 18)

Para essa Escola a agricultura era considerada pelos fisiocratas como única atividade produtiva, o crescimento dependia do aumento da produtividade nos campos. Para isso acontecer, defenderam a redução de impostos e condenaram gastos que consideravam desnecessários e tudo que prejudicasse a venda da produção agrícola, da qual a capitalização da agricultura precisava, e aumentaram geração de excedente para estender o desenvolvimento às demais atividades econômicas.

O segundo momento no estudo da economia deu-se com a obra de Adam Smith (1723-1790), intitulada *Uma Investigação sobre a Natureza e Causas da Riqueza das Nações*, datada de 1776. Nessa obra o autor, já entendia a atividade econômica como capaz de criar valor também à atividade industrial, deixando de lado a agricultura. Em seus escritos estavam presentes as preocupações com o progresso econômico rompendo o equilíbrio estático das economias. Este economista inglês ressaltou os aspectos responsáveis pelo desenvolvimento econômico como a acumulação do capital, o crescimento populacional e a produtividade da mão de obra, introduzindo a ideia da divisão do trabalho como forma de promover o progresso econômico.

Seria para ele, essa divisão do trabalho que viabiliza o aumento da produção, depende de ampliação de mercados e esta depende de condições econômicas que assegurem o aumento da quantidade de capital disponível na forma de insumos, ferramentas, máquinas e instalações. Smith defendeu a liberdade de atuação dos mercados, sem intervenções de governo, para assegurar o crescimento dos mercados e os frutos decorrentes desse crescimento. Salientou a importância, para a promoção do desenvolvimento econômico, de instituições sólidas garantidoras da liberdade do comércio interior e exterior, a segurança da população, o direito de propriedade, o adequado ambiente político e uma legislação condizente com as aspirações liberais desenvolvimentistas.

Em 1817 o também inglês David Ricardo (1772-1823), partindo das ideias de seu antecessor, destacou a importância das inovações tecnológicas para o desenvolvimento, embora seja considerado um integrante do grupo dos pessimistas entre os pensadores da economia. Esse comportamento intelectual decorreu das hipóteses das quais relacionava os rendimentos decrescentes da agricultura, na medida em que a terra se tornava mais escassa com sua exploração, e do crescimento da população relativamente ao estoque de capital, mercantilização agrária e a extensividade agrícola produtiva.

Percebe-se em sua teoria o aspecto sócio-cultural que se revelou nas preocupações que manifestou quanto ao problema causado pelas superpopulações emergentes. Dizia ele que para evitar a superpopulação, as sociedades deveriam ser estimuladas a experimentar alguns elementos subjetivos, ou seja, mais divertimentos e mais comodidades, maior bem estar harmônico, objetivo último do desenvolvimento.

Passado meio século da publicação dos Princípios de Economia Política e Tributação de David Ricardo, Karl Marx, economista Alemão (1818-1883) publicou o primeiro volume de sua obra magna, O Capital: Uma Crítica da Economia Política, acrescentando importantes elementos à teoria do valor-trabalho, se fundamentado em elementos dos debates de Ricardo e Smith.

Marx considerava resultado de exploração, toda renda que não fosse derivada do trabalho. Afirmava ele, que é pelo trabalho que as relações sociais se estabelecem, determinando as estruturas social, cultural, jurídica e institucional da sociedade. A teoria de desenvolvimento econômico de Marx se apoiou no método dialético do filósofo alemão Frederic Hegel<sup>9</sup>, que vê nas transformações a origem do desenvolvimento progressivo das sociedades, a mesma ruptura ou desequilíbrio mencionado por Smith.

Quando um novo conjunto de ideias da sociedade conflita com o padrão tecnológico existente, novas instituições favoráveis à evolução produtiva determinarão novo padrão tecnológico e este, uma nova ordem social. Historicamente Marx e seu principal colaborador, Friedrich Engels (1820-1895), utilizaram o método hegeliano para classificar as sociedades em quatro estágios de desenvolvimento, tendo a economia como fator principal, são eles: 1<sup>a</sup>) comunismo primitivo; 2<sup>a</sup>) escravidão; 3<sup>a</sup>) feudalismo; e 4<sup>a</sup>) capitalismo.

Esse processo evolutivo, relacionado ao desenvolvimento das sociedades, se originou com a mudança da tecnologia que ao criar contradições internas fez emergir as inovações, cada qual a seu tempo. De acordo com Marx, embasado pela Dialética Histórica, essa mesma contradição interna transformaria no futuro o capitalismo no socialismo e, posteriormente, este no comunismo através de um processo transitivo.

---

<sup>9</sup> Hegel foi um importante filósofo alemão do final do século XVIII e começo do século XIX. Foi o fundador do Hegelianismo que se baseava na ideia principal de que a realidade é capaz de ser expressa em categorias reais. Hegel dizia que as concepções filosóficas do passado eram sem vida, não históricas e tendenciosas. Por isso, defendeu a forte ligação entre História e Filosofia.



Outro importante economista que nos ajuda a entender o conceito é Joseph Alois Schumpeter (1883-1950), ele aperfeiçoou a reflexão sobre o desenvolvimento econômico ao distinguir as noções de estática e dinâmica na economia, vinculando à primeira noção o fluxo regular da atividade, e à segunda, a perturbação do ciclo vicioso da estabilidade provocada pelo investimento a partir das inovações tecnológicas.

Schumpeter preconizava o desaparecimento dos problemas sociais se as economias experimentassem crescimento semelhante ao dos períodos passados. O desenvolvimento econômico para ele é um fenômeno originário da própria esfera econômica, com características qualitativas novas, e não imposto de fora, este traduz apenas uma adaptação da economia à nova realidade externa.

Na época da pós-segunda guerra mundial, o tema do desenvolvimento econômico, junto com o da descolonização das nações da África, da Ásia e do Caribe, virou uma problemática com escopo mundial. Foi nessa época que os países do mundo foram divididos conceitualmente em três grandes blocos - o Primeiro Mundo, dos países industrializados e com economias capitalistas; o Segundo Mundo dos países sob controle do comunismo soviético; e o Terceiro Mundo dos países considerados "subdesenvolvidos" ou, como foram chamados posteriormente, os países "em vias de desenvolvimento" onde o Brasil com todas suas características econômicas específicas se insere (LITTLE, 2002).

Em se tratando de países emergentes como o nosso, mais uma vez nos referenciando em Little (2002) *apud* Lerner (1962), que nos informa que a primeira grande linha teórica das Ciências Sociais que foi formulada na época do Pós-Guerra para explicar o Desenvolvimento Econômico foi a Teoria da Modernização, a qual propôs que o processo da transição das chamadas "sociedades tradicionais" para uma "sociedade moderna" era necessária, desejável e (quase) inexorável.

Nesse processo incluía-se a industrialização das economias nacionais mediante a incorporação de novas tecnologias produtivas e a rápida transformação de formas tradicionais de organização social (clãs, tribos, cacicados, etc.) em modernas burocracias fundadas nos princípios do liberalismo (ROSTOW, 1960). Dessa forma, a teoria da modernização anunciava implicitamente o suposto fim dos povos indígenas e outros grupos considerados como "tribais" através de sua rápida assimilação aos Estados nacionais novos e modernos. (LITTLE, 2002, p. 34).

Não foi o que se confirmou com o passar do tempo, pois principalmente no Brasil, mas também em outros países da América Latina, a esses povos são reconhecidos os seus direitos a diversidade cultural, e a Constituição Federal brasileira de 1988 reconhece os seus direitos aos territórios onde imemorialmente viveram seus ancestrais. Conseguiram junto aos movimentos sociais mundiais, a valorização da diversidade cultural e garantias junto a Convenção 169 da Organização Mundial do Trabalho – OIT.

No caso específico do Brasil, os povos indígenas após séculos de sofrimentos e genocídios no início da década de 1970, se inserem nos movimentos sociais de maneira contundente e conseqüente, lutam juntos aos seus aliados em várias frentes, inclusive econômica, tendo seus direitos assegurados através dos artigos 231 e 232 da nossa Constituição de 1988, reconquistam parte de seus Territórios, enquanto isso a academia discutia novos conceitos de desenvolvimento a partir da perspectiva da sustentabilidade econômica levando em conta as especificidades produtivas que discutiremos no próximo tópico.

#### **b) Desenvolvimento sustentável**

Discutir o histórico do conceito de Desenvolvimento Sustentável nessa perspectiva terá que referir-se às diversas reuniões e conferências realizadas pelo mundo a fora, custeadas pela ONU - Organização das Nações Unidas; via PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; e PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente; e orientadas a discutirem o futuro do nosso planeta. Para tanto, o economista Ignacy Sachs nos aponta abaixo uma sequência lógica dessa discussão.

Confrontada com os problemas globais de pobreza, desemprego e exclusão social, a Declaração de Copenhague reafirmou o compromisso da Organização das Nações Unidas com o conceito de desenvolvimento sustentável, no qual as dimensões social, econômica e ambiental estão intimamente entrelaçadas (NATIONS UNIES, 1995, p.4).

A abrangência do conceito de desenvolvimento, tal como ele é entendido hoje, se difere do conceito de crescimento econômico, condição ainda necessária, mas não suficiente e englobando as dimensões éticas, política, social, ecológica, econômica, cultural e territorial, todas inter-relacionadas para formar um todo. O processo natural do desenvolvimento exige que se leve em consideração a sua sustentabilidade para satisfazer ao postulado da

solidariedade da geração presente frente às gerações futuras, condição atribuída às considerações sociais (SACHS, 1993, p. 319).

Ainda sobre o conceito de desenvolvimento e o seu relacionamento com a espécie humana e sua capacidade de adaptabilidade, Sachs nos ensina que

O desenvolvimento pode ser visto ainda como um processo de aprendizagem social que recorre às faculdades da memória e da imaginação, as quais constituem um traço distintivo da nossa espécie e explicam sua extraordinária capacidade de adaptação (SACHS, 2007, p. 353).

Um dos pressupostos deste trabalho foi marcar as fronteiras de algumas mudanças nas formas de reformulações da noção de desenvolvimento, noção esta que segundo Ribeiro (1992.p.2) até há pouco tempo altamente marcada pelas teorias criadas a partir de rearranjos sofridos pelo sistema mundial no pós-segunda guerra.

Estes rearranjos remontam ao século XIX, a partir dos desdobramentos políticos, sociais, econômicos e filosóficos do século XVIII, organizados pelas formulações teóricas de Owen, Fourier e de Saint-Simon. Estas formulações despertaram muito tempo depois, no final do século XX, a crescente preocupação da sociedade em relação à degradação do meio ambiente decorrente do processo de desenvolvimento equivocado, segundo alguns organismos. O aprofundamento da crise ambiental, juntamente com a reflexão sistemática sobre a influência da sociedade neste processo, conduziu a necessidade de organizar uma nova temática de desenvolvimento (VAN BELLEN, 2004), ainda mais pujante a partir do início da década de 1950, e chegando aos méritos de ações com o conceito de "ecodesenvolvimento", proposto por Maurice Strong em 1973, que consistia na definição de um estilo de desenvolvimento adaptado às áreas rurais do Terceiro Mundo, baseado na utilização criteriosa dos recursos locais, sem comprometer o esgotamento da natureza. Na década de 1980, o economista Ignacy Sachs se apropria do termo. O modelo se fundamenta em três pilares: eficiência econômica, justiça social e predominância ecológica.

Este conceito alcançou um destaque inusitado a partir do último referido, tornando-se um dos termos mais utilizados para se definir um novo modelo de desenvolvimento. Porém, esta crescente legitimidade do conceito não veio acompanhada, entretanto, de uma discussão crítica consistente a respeito do seu significado efetivo e das medidas necessárias para alcançá-lo. Assim, na medida em que não existe consenso relativo sobre o conceito, observa-se uma disparidade conceitual considerável nas discussões referentes à avaliação da sustentabilidade do desenvolvimento.

Contudo, com o aparecimento de novos dispositivos de gestão, bem como dos esforços de sensibilizar a opinião pública antes e após a Cúpula da Terra no Rio de Janeiro, em 1992, o conceito de desenvolvimento sustentável começou a ganhar visibilidade crescente e passou a ser adotado pelo governo brasileiro (BARBOSA, 2008). Como se sabe, este conceito foi cunhado pelo relatório *Nosso Futuro Comum*, elaborado no período de 1983 a 1987 pela Comissão Brundtland (WCED, 1987), a qual considerou que "o desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades" (SACHS, 2007. p.10). Por outro lado, o mesmo autor considera que o termo necessidades não constitui uma única entidade objetiva e indivisível. Logo, não há qualquer orientação na afirmação de que, para permitir às futuras gerações suprir suas necessidades, não se deve de modo algum sacrificar a capacidade da geração presente de suprir as suas.

Atualmente, tanto no Brasil como em outras regiões da América Latina, o desgaste da opção pela modernização conservadora é notável e o fortalecimento do termo sustentabilidade ganha mais espaço nos dias atuais. Considerando o conjunto de atitudes que possa beneficiar esta modalidade de desenvolvimento, observam-se avanços tanto no campo jurídico quanto no campo econômico, bem como na conscientização da opinião pública. Apesar disso, ainda é visível a fragilidade nas esferas da administração pública, quanto a dificuldade de implementar quaisquer políticas que seja, uma vez que, além da escassez de recursos, há ainda, a escassez de recursos técnicos no bojo do governo (RIBEIRO, 1992).

Ainda considerando alguns aspectos que se opõem à celeridade do desenvolvimento sustentável, apesar dos diversos avanços de mobilização da sociedade civil e das investigações científicas, um ponto se destaca quando comparado com Sachs (2007), que visualiza a aplicação dos dogmas professados tanto pelos ideólogos do "crescimento a qualquer custo", e pelos partidários do "ecologismo fundamentalista". Essas profanações derivadas desses "movimentos" deterioram a constituição própria dessa modalidade de desenvolvimento sustentável, que permanece ainda distante de nossa realidade. Pois, ao persistir a continuidade do brutal modelo "economicista", simplesmente algumas proposições deixam de avançar.

Assim, considerando todos esses contratemplos, é possível observar que sempre partem de um desencontro entre o crescimento e o desenvolvimento. A razão para esse descompasso é que o crescimento não conduz automaticamente à igualdade nem à justiça social, pois não

leva em consideração nenhum outro aspecto da qualidade de vida, a não ser o acúmulo de riquezas que se faz nas mãos de poucas pessoas. O desenvolvimento, por sua vez, preocupa-se também com a geração de riquezas, mas tem o objetivo de distribuí-las e melhorar a qualidade de vida de toda a população, levando em consideração a justiça social e a manutenção dos recursos naturais.

Assim tomando essas últimas questões, discute-se no tópico seguinte como o movimento social indígena se inseriu nessa nova onda de discutir e viabilizar atitudes desenvolvimentistas a partir de seus conhecimentos e cultura e pensando um modelo capaz de atender as suas necessidades.

### **c) Etnodesenvolvimento**

O conceito “etnodesenvolvimento” tem duas grandes concepções na literatura especializada: 1ª) o desenvolvimento econômico de um grupo étnico; e 2ª) o desenvolvimento da etnicidade de um grupo social (STAVENHAGEN, 1985). Na realidade, as duas concepções não são excludentes. Ao contrário, existem em relação à dialética constante de tal modo que o desenvolvimento da etnicidade sem um correspondente avanço no plano econômico só promoveria a existência de grupo étnico marginal e pobre; e um desenvolvimento econômico que destrói as bases da etnicidade de um grupo representaria uma volta à hegemonia da modernização que foi altamente destruidora da diversidade cultural.

Segundo Little (2002), quando se combina a problemática do desenvolvimento com a do reconhecimento da diversidade cultural, o etnodesenvolvimento introduz um conjunto de novos temas no seio do espaço público dos Estados nacionais. No plano político, o etnodesenvolvimento dá um recorte étnico aos debates sobre a questão da autodeterminação dos povos e, no processo, questionam, pelo menos parcialmente, as noções excludentes de soberania nacional. No plano econômico, as práticas de etnodesenvolvimento tendem a ocupar o lugar de "alternativas" econômicas, particularmente onde a ideologia neoliberal é predominante.

Poder-se-ia argumentar que propostas como as do etnodesenvolvimento de Stavenhagen (1985) e, sobretudo, as de ecodesenvolvimento que se expressam nos trabalhos de autores como Sachs (1986, p. 17) possuem um maior nível de elaboração. Apesar de

evidentemente elas fazerem parte da genealogia que informa em maior ou menor grau a noção de desenvolvimento sustentável, têm sido ou subsumidas nesta última ou tendencialmente ignoradas no atual debate político em termos mais amplos. As relações entre ecologistas e indigenistas, apesar de crescentemente localizadas sob um mesmo guarda-chuva, também conformam um campo político diferenciado. Evidentemente, a leitura, no senso comum, de que as populações indígenas detêm um conhecimento harmônico, não destrutivo da natureza, dá um grande peso à eleição do índio genérico como modelo (Ibidem, p, 16).

No entanto, a mobilização da sociedade civil organizada no Brasil se dá após o fim do regime militar autoritário, com o advento das liberdades no final da década de 1970 e meados da de 1980, quando se iniciam os primeiros movimentos ainda com incentivos de indigenistas e depois em organizações indígenas autônomas. Atualmente, principalmente na Amazônia, os povos indígenas têm grande força de mobilização e reivindicação e têm conseguido significativas conquistas, principalmente nas questões territoriais, de educação e saúde.

A luta social permanente para manutenção de tais conquistas levou as organizações indígenas e suas lideranças a reivindicarem junto aos órgãos indigenistas governamentais, Fundação Nacional do Índio - FUNAI e os diversos programas e projetos associados às políticas de governo, seja na Funai ou em outros Ministérios que se propuseram a atender demandas desses povos (GTA – Grupo de Trabalho; PPTAL - Projeto Integrado de Proteção e Vigilância das Terras Indígena da Amazônia Legal; PDPI – Projeto Demonstrativo dos Povos Indígenas; dentre outros), e introduzirem em seus discursos temas como o etnodesenvolvimento, etnoconhecimento, etnomapeamento e muitos outros termos do discurso científico que chegam às assembleias e aos documentos relacionados aos povos indígenas.

Com a ascensão do governo Lula e o advento da Democracia Participativa<sup>10</sup>, os movimentos sociais passam a participar das mais diversas conferências nos níveis municipal, estadual e federal, muito embora a metodologia não atenda as demandas populares, mas já proporciona um espaço para discussão e apresentação de propostas.

---

10 O regime da democracia participativa é um regime onde se pretende que existam efetivos mecanismos de controle da sociedade civil sob a administração pública, não se reduzindo o papel democrático apenas ao voto, mas também estendendo a democracia para a esfera social. A democracia participativa ou democracia deliberativa é considerada como um modelo ou ideal de justificação do exercício do poder político pautado no debate público entre cidadãos livres e em condições iguais de participação. Advoga que a legitimidade das decisões políticas advém de processos de discussão que, orientados pelos princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e da justiça social, conferem um reordenamento na lógica de poder político tradicional.

Em relação ao conceito e as práticas frutos dessas discussões e de suas transformações em políticas públicas, as ações de mobilização das lideranças e suas organizações para fazer com que essas políticas se concretizem são constantes, e a recente criação por parte do governo da Secretaria de Saúde do Índio – SESAI; no Ministério da Educação – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e da Diversidade – SECAD; e a própria Política Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT; Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI.

Todas essas políticas e ainda outras ações de programas ou projetos dirigidos às demandas dos povos indígenas do Brasil e especialmente da Amazônia, partem do princípio que, por tratarem-se diversidades culturais e que contemplam também uma significativa extensão territorial são, portanto, vários ecossistemas. Assim, o diálogo com a academia por meio destas políticas e a introdução de novos termos e conceitos, bem como a implantação destes nos movimentos e na formação dos jovens vem acontecendo rapidamente.

### 3.2 CONSERVACIONISMO E ECONOMIA NOS POVOS DA AMAZÔNIA

A ideia de desenvolvimento da Amazônia remonta o século XVI, quando os estrangeiros obcecados pelas riquezas da região fizeram tentativas de investir na chamada terra prometida. A partir de então é possível fazer um resgate dos principais eventos ocorridos na Amazônia, ora configurados como mera conquista territorial, ora condicionados aos grandes interesses econômicos. Sendo a primeira tentativa que se tem notícia, a passagem do espanhol Vicente Yañez Pinzón pela foz do rio Amazonas, quando contornou a costa norte brasileira, nos primeiros dois meses de 1500, portanto, muito antes da empreitada dos portugueses na Amazônia. Contudo, relatos históricos sustentam que por razões óbvias os espanhóis se tenham demorado pouco tempo na região (NASCIMENTO, 2008).

A partir deste acontecimento, em 1623, veio a frustrada investida do Conde inglês Berkshire que se estabeleceu no norte do Grão-Pará (cultivando fumo e pimenta-do-reino), onde tinha o escopo de implantar a base do império inglês na Amazônia. Mais tarde, outras tentativas de conquistar a Amazônia, vieram em 1832, com a criação em Londres da Companhia Comercial Brasileira de Colonização, Agricultura, Pecuária e Mineral para atuar no norte do Brasil e a Companhia de Exportação dos Recursos Naturais da Amazônia Matheus Maury, articulada em 1850 pela Agência Hidrográfica dos EUA, decorrendo mais tarde, em 1853, a pressão do diplomata americano W. Trousdale pela abertura do rio

Amazonas à navegação internacional. No final do século XIX, outras pretensões ocorreram como a "ocupação ribeirinha", norteadas pela exploração do peixe-boi, pirarucu, tartaruga, e outros animais amazônicos (deixando essas espécies animais fortemente ameaçados de extinção) e do látex extraído das seringueiras que teve forte contribuição no mercado internacional.

No limiar do século XX muitos outros eventos ocorreram na Amazônia, sendo que a segunda metade deste XX veio com uma forte tendência para a exploração de minerais na região. Primeiro, a exploração de manganês na Serra do Navio (AP), executado a partir de um consórcio de empresas nacionais e estrangeiras (Caemi e United States Steel) e o projeto de extração de bauxita no vale do Rio Trombetas (PA), executado pela Mineração Rio do Norte. Depois, o projeto de exploração mineral Grande Carajás (PA), implantado pela Companhia Vale do Rio Doce; o projeto Minerador Metalúrgico implantado pela Albrás Alunorte (PA) e um pouco mais tarde, no início da década de 80, a devastadora corrida do ouro na região de Serra Pelada, no estado do Pará, seguindo posteriormente com a invasão de garimpeiros nas Terras Indígenas Yanomami e Raposa Serra do Sol, em Roraima.

Voltando às décadas de 60/70, no período do malfadado “Milagre Econômico”, outros planos de “desenvolvimento” para Amazônia, foram idealizados com pretexto de debelar a ocupação estrangeira na região, o que nunca aconteceu de fato. Partindo desta atitude ilusória criou-se um programa de Estado, que dizia ser preciso ocupar estrategicamente a Amazônia brasileira, transformando seus espaços vazios em espaços produtivos. Assim foi criado o programa “Integrar Para Não Entregar”, que tinha como objetivo ligar as regiões Norte e Nordeste à região Centro-Oeste do Brasil, por meio de grandes rodovias como a Transamazônica (que deveria chegar também até ao pacífico no Peru) e outras rodovias interiores como a BR 153 - Belém/Brasília; BR 364 - Cuiabá/Porto Velho; BR 319 - Manaus/Porto Velho; BR 364 – Acre/Mato Grosso; BR 174 – Manaus/Boa Vista e a BR 210 (Perimetral Norte) também foram realizadas com este contexto.

Além dessas propostas devastadoras do governo militar, incluía também na proposta a criação dos polos de desenvolvimento humano (chamados de agrovilas), além de áreas prioritárias para conservação e a construção de grandes hidrelétricas como Tucuruí (PA), Balbina (AM) e Samuel (RO). Contudo, apesar dos muitos recursos consumidos, estes projetos não surtiram o efeito esperado e ainda contribuíram sobremaneira para fixação deliberada das grandes empresas agropecuárias e madeireiras, que aceleraram fortemente o



desgaste sócio-ambiental na região amazônica. Outros eventos que também consumiram muitos recursos públicos, sem contudo, gerar retorno socioeconômico aos amazônidas foi a implantação do Projeto Calha Norte, e mais recentemente, o Projeto SIVAM – Sistema de Vigilância da Amazônia, ambos reconhecidamente como sinônimos de fracassos. Segundo Nascimento (2008), todos esses empreendimentos, alijados dos interesses da sociedade, quando demandam algum tipo de benefícios, se concentram nas mãos das oligarquias, consolidando o papel do capitalismo, que é o de privatizar o lucro e socializar o prejuízo.

Seguindo esse raciocínio, e voltando ao processo de ocupação humana na Amazônia, esse evento sofre algumas dificuldades por falta de acesso à documentação devido à dispersão das mesmas ou por desconhecimentos das fontes. Trabalhos como os de Farage (1987), Santilli (1989) são indispensáveis para entender-se o processo de ocupação do Vale do Rio Branco, atual estado de Roraima.

Para Cristobal de Acuña, narrador da expedição de Pedro Teixeira ao rio Amazonas (1637-39), dá a entender como um acidente o encontro com as populações nativas e que a exploração do rio Negro e seus afluentes não estavam inicialmente previstas, mas que a tripulação desejosa de encontrar algo de valor ao retornar a Quito, incursionou por tais rios a fim de capturar indígenas para realizar “descimentos” para serem vendidos na capital da Capitania do Maranhão e Grão-Pará (BARBOSA, 1997. p. 124).

Segundo o mesmo autor, mesmo com o maior nível de atividades a partir do século XVII por militares, religiosos e civis, somente na segunda metade do século XVIII foi que os portugueses conseguiram um efetivo domínio desta região. Um conflito com os espanhóis no início da década de 1770 deu origem a uma maior abrangência portuguesa. Um plano que previa a instalação de uma fortificação nesta região foi levado adiante. Esta seria a melhor forma de militarizá-la, para defender e resguardar a integridade desta zona de conflitos contra qualquer tentativa de maior aproximação de outras nações europeias.

A fortificação instalada em 1775, na confluência dos rios Itacutu e Uraricoera recebeu o nome de Forte São Joaquim, marcando definitivamente a presença da Coroa Portuguesa na região do rio Branco, levando à instalação de diversos núcleos populacionais às margens dos rios Itacutu, Uraricoera e Branco, chamados de aldeamentos e habitados basicamente por indígenas de diversas etnias. Sendo os principais aldeamentos Santa Barbara, Santa Izabel, Nossa Senhora do Carmo (no rio Branco); Nossa Senhora da Conceição (no rio Uraricoera) e São Felipe (no rio Itacutu) e entre outros pequenos núcleos de efêmera duração.

Aparentemente, o desenvolvimento da discussão acadêmica no que se refere à sustentabilidade, reflete uma prudência quanto aos modismos frequentemente associados às construções de utopias, ou à própria novidade do assunto, ao menos na intensidade com que ele se apresenta no momento. Apesar de que já há alguns anos o caráter reformista das ideologias ambientalistas tenha sido levantado (CARDOSO, 1981), não é corrente encontrar um teórico do desenvolvimento que tenha se dedicado a dialogar de frente com a definição de sustentabilidade. Osvaldo Sunkel (1990), por exemplo, quando o faz, parecer manter-se nos quadros da tautologia insinuada pelo próprio termo, ou seja, basicamente assegurar a continuidade da base natural da produção econômica.

Assim, reinvestir no meio ambiente natural para assegurar seu conhecimento e sua conservação é condição essencial para assegurar a sustentabilidade do desenvolvimento. Para isso se requerem recursos humanos, técnicos, financeiros, institucionais e legais. Tudo isso exige obter fundos adicionais que tornem possível a mobilização destes recursos para aplicá-los no cuidado do meio ambiente, que é capital e patrimônio ambiental da sociedade. Para tanto falta uma revalorização das prioridades com que se assignam os recursos econômicos, e induz uma revalorização que o cuidado com o meio ambiente está acima de outras prioridades (SUNKEL 1990, p. 52).

### 3.3 VALORIZANDO A ETNOCONSERVAÇÃO

Nos anos recentes, a manutenção da diversidade biológica, tornou-se um dos objetivos mais importantes da conservação, da ecologia, de ciências afins. A partir de grandes conferências como as de Estocolmo em 1972, do Clube de Roma e Rio-92, essas discussões se ampliaram e diversos protocolos foram assinados e compromissos assumidos pelos governantes.

Organizações não governamentais surgem no mundo inteiro buscando auxiliar a população afetada pelos desmatamentos, grilagem de terras, explorações minerais, caça e pesca predatória, tráfico de animais e plantas e no fortalecimento de organizações políticas das populações tradicionais para luta por seus direitos e em busca de políticas públicas que atendam suas reivindicações.

Assim surgem na Amazônia brasileira movimentos que visam aproveitar os conhecimentos tradicionais de índios e ribeirinhos a valorizarem seus costumes e formas de vida na busca de alternativas econômicas ao desenvolvimento a qualquer custo.

Em Roraima, esse movimento sócio-econômico ainda é incipiente, porém, já começa a ganhar força entre as organizações indígenas locais pequenas alternativas com esse intuito, baseadas em iniciativas conjuntas com pesquisadores e suas instituições de pesquisas.

O extrativismo dos recursos naturais (buriti) pela Comunidade indígena Guariba se dá sem uma preocupação econômica e/ou nutricional, porém a partir de uma intervenção via trabalho educativo/científico para ampliação da percepção dos valores da etnoconservação e do etnodesenvolvimento, realizados pela Escola Indígena Manoel Horácio e a Comunidade, ampliam-se a percepção desses conceitos e valores. A problemática da dinâmica exercida pelo extrativismo no processo de desenvolvimento regional deu origem a inúmeras controvérsias entre grupos sociais que defendiam dois pontos de vistas distintos (LESCURE, 1975).

Para o primeiro desses grupos, as margens reduzidas de lucros, o saldo precário dos recursos apropriados, o âmbito restrito dos mercados, a competição exercida pelos produtos sintéticos ou a disponibilidade de produtos oriundos de plantações industrializadas, somadas à marginalização crescente dos atores sociais, tudo isso justificaria a condenação do extrativismo, que passou a ser considerado como um modelo de exploração dos ecossistemas amazônicos carente de valor prático, ou seja, um modelo que define-se como mera subsistência não levando em conta os valores agregados.

Para o segundo grupo, pelo contrário, a utilização unilateral de argumentos econômicos não justifica este julgamento. O aspecto ecológico do extrativismo, que explora o valor intrínseco da floresta, opõe-se à degradação causada pela adoção de políticas regionais de gestão que promovem novos esquemas de desenvolvimento baseados em áreas de pastagem e núcleos agrícolas pioneiros. Os protagonistas deste segundo ponto sugerem a criação de reservas extrativistas - RESEX, no âmbito das quais seriam implementadas práticas de gestão diretamente voltadas para a satisfação das necessidades socioculturais dos povos que habitam a floresta e capazes de, ao mesmo tempo, preservar a biodiversidade do ecossistema (LESCURE, et al. 1997).

O extrativismo é frequentemente considerado como obsoleto, uma recordação dos numerosos ciclos econômicos experimentados pelo Brasil. As recentes atividades políticas dos sindicatos dos seringueiros e o crescente ganho de consciência pública

dos problemas ecológicos contribuíram para reforçar esta prática, exercida já há bastante tempo no contexto da gestão dos recursos florestais na Amazônia (LESCURE, et al. 1997, p. 456).

Os buritizais do Lavrado garantem a sustentabilidade dos inúmeros mananciais que abastecem os grandes rios do Estado, alimentando assim, essas bacias hidrográficas e mantendo a fauna e a flora aquática, responsáveis por um bom número de pessoas que garantem sua sobrevivência a partir da exploração desses ambientes.

Já no âmbito cultural, este ecossistema é responsável pela manutenção das moradias e malocões cerimoniais, pois suas palhas servem de coberturas; seus troncos, após filetados servem como ripas para sustentação das palhas; em vários casos, também são utilizados como pontes e ou pinguelas em igarapés; partidos ao meio e retirados o parênquima central, servem como coxos (comedouros) para animais; tornados em pachiúbas fazem-se paredes de casas; usa-se como canteiros para verduras; além de outras utilidades domésticas ocasionais.

Ainda utilizam-se as palhas para confecção de “darruanas”, espécie de sacola feita da palha madura e geralmente utilizadas pelos homens em pescarias, caçadas ou coleta de ovos e frutas silvestres. As mulheres por sua vez confeccionam e utilizam e até vendem como artesanato, outro tipo de sacola, feitas de fibra retiradas das folhas centrais ou olhos. Ressalta-se ainda a utilização das palhas e fibras na confecção das indumentárias mítico-religiosas utilizadas nas danças culturais das etnias habitantes nos Lavrados.

A participação das mulheres indígenas na vida social e política das comunidades possibilitou que organizassem uma entidade estadual chamada Organização das Mulheres Indígenas do Estado de Roraima – OMIR, que realiza periódica e regionalmente oficinas de capacitações políticas e de trabalhos artesanais, dentre os quais estão os com fibras de buriti, que são expostos e vendidos em eventos na capital.

Dos frutos do buriti, além das propriedades nutricionais já citadas anteriormente, adquiridas através do vinho, como é mais conhecido o suco entre os indígenas, adquire-se os doces, geleias, trufas; a farinha da polpa; o chá da casca; e ainda a seiva retirada do tronco que é riquíssima em sacarose – 98%.

Dessas práticas tradicionais depreendem-se as certezas quanto à importância econômica dessa palmeira para os povos indígenas do Lavrado e as potencialidades

sustentáveis dessas, visto que são praticadas imemorialmente e tem garantido a sobrevivência dessas populações, sem prejuízos de degradação ao meio ambiente físico.

## 4 O BURITI E SEUS PRODUTOS ENQUANTO ELEMENTOS DE SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA

### 4.1 IMPORTÂNCIA DOS PRODUTOS FLORESTAIS NÃO MADEIREIROS COMO FONTE DE RENDA AOS POVOS INDÍGENAS DE RORAIMA.

Farage (1991) informa que ao longo do século XVIII, os portugueses vindos do Rio Negro estabelecem no rio Branco uma fortaleza e aldeamentos indígenas, com o objetivo de resguardar a possível entrada de holandeses radicados na costa da Guiana. Assim sendo, a disputa em torno do território do rio Branco realizou-se por meio dos povos indígenas que o habitavam. Argumenta a autora que,

No contexto da economia colonial amazônica, a produção natural da região do rio Branco prestava-se igualmente à atividade extrativista: dos seus campos se obtinham madeiras e resinas apreciadas além de baunilha, cacau e salsa-parrilha, itens importantes da exportação do Grão-Pará. A extração do cacau parece ter sido a mais significativa, pois que ele crescia às margens do baixo rio Branco, área de mais fácil acesso para os coletores vindos do rio Negro. A pesca e a viração de tartaruga vieram a suprir o mercado regional da capitania do rio Negro no século XVIII (LOBO D'ALMADA, 1861, p. 661-63, apud FARAGE, 1991, p. 55).

Apesar da importância deste intercâmbio para o suprimento do Estado do Maranhão e Grão-Pará, outros dois motivos fundamentais levaram a um investimento colonial mais pesado no vale do Rio Branco: (1ª) o suprimento de mão de obra escrava dos índios aqui aprisionados, e (2ª) a posição geograficamente estratégica da área. O Estado colonial reconheceu a ocupação de Roraima como eixo central da sua política de defesa da Amazônia de possíveis aventuras expansionistas dos vizinhos espanhóis e holandeses (FARAGE, 1991, *apud*, NASCIMENTO FILHO, 2001, p. 4-5).

Segundo Melatti (1997), os indígenas de algumas etnias do Maciço das Guianas empreendiam grandes expedições comerciais como é o caso dos Iecunas,

Na região os Iecuanas se destacam pelo longo percurso de alguns de seus artigos e também por constituírem um importante elo nas cadeias comerciais que cortam a área de leste a oeste e de norte a sul, deslocando-se eles próprios por grandes distâncias, que eram ainda maiores durante o período colonial<sup>11</sup>.

---

11 Disponível: [http://br.geocities.com/índiosbr\\_nicolai/ias/ias01-06/03guoci.htm](http://br.geocities.com/índiosbr_nicolai/ias/ias01-06/03guoci.htm). Acesso em 09 de set. de 2011.

Vários exploradores e viajantes em passagens pelo Maciço Guianense descrevem um comércio existente e uma série de mercadorias preferenciais de grupos indígenas diferentes como argumenta Melatti (1997),

Em 1840, o explorador Robert Schomburgk encontrou-se com uma expedição Iecwana que se dirigia a Georgetown. Tendo partido do rio Cunucunuma, um afluente da margem direita do alto Orenoco, a expedição tinha por itinerário o canal de Cassiquiere, a descida do rio Negro, a subida do Branco, do Tacutu e do Maú, e daí, após cruzar o divisor de águas, a descida do Rupununi e do Essequibo até a foz. Nessa viagem que durava aproximadamente um ano, os Iecuanas contornavam todo o maciço Guianense Ocidental pelo sul. Os Iecuanas levavam redes de algodão, camisas de cortiça, raladores de mandioca, cães de caça, e pretendiam receber em troca instrumentos de ferro, principalmente machados e facas de caça (MELATTI, 1997, pag. 98).

A organização de expedições comerciais entre as etnias de Roraima sempre ocorreu, porém, com a chegada dos não índios esse comércio toma outra dimensão e por muitos anos passam a ser usados nas novas redes de compra e venda aí estabelecidas, ora como interlocutores imprescindíveis, ora como mercadoria, ora como mão de obra barata num processo de produção/exploração de difícil ascensão.

Dentro desse processo histórico de mais de um século, percebe-se que a partir da década de 1970, os povos indígenas do Brasil iniciaram um processo de retomada ou reafirmação de suas identidades, pois antes tinham vergonha ou eram obrigados a não falar sua língua, negar sua cultura e abandonar suas terras. Porém, iniciado esse movimento, outra configuração começa a tomar corpo, surge então à luta pela terra, revitalização da cultura, e da língua, luta por uma educação diferenciada e assistência a saúde além de começarem um sistema de organizações próprio dos diversos povos.

Tal organização, parte do movimento de resistência ao regime militar implantado em 1964, e que reprimia quaisquer manifestações públicas, no entanto, distante do poder repressor e isolados no extremo norte do Brasil, na tríplice fronteira Brasil/Venezuela/Guiana, e orientados pelos destemidos missionários do Instituto Italiano da Consolata, reunidos na antiga Missão Surumu, região da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, noroeste de Roraima, para discussão sobre seus direitos e a importância de lutar para tê-los garantidos.

Nessas organizações internas solidificam-se os sentimentos de pertencimento étnicos e assunção identitários que, amparados constitucionalmente, tornam-se garantias aos povos indígenas e, entre estes o direito a terra onde imemorialmente viveram seus antepassados.

Não obstante, toda luta para conseguir a terra, continuar morando, resistindo às pressões políticas e físicas dos movimentos contrários de índios e não índios, a ausência de políticas públicas voltadas para as questões indígenas, têm efeitos provocativos aos movimentos e feito surgir focos de novas lutas para acompanhar e vencer tais embates políticos.

A demanda atual é outra: propor/programar e executar políticas públicas capazes de estimular a produção agrícola, que em função das lutas de resistências, ficaram esquecidas; a pecuária, principalmente a bovina, que foi utilizada como maneira de reocupação territorial, mas sem o manejo adequado e para tanto precisa agora ser pensada nova forma de utilizar o gado e seus subprodutos, como carnes, ossos, couros, chifres, cascos e o esterco, de maneira que melhorem a segurança alimentar e nutricional e a geração de renda às famílias indígenas.

Políticas mais adiantadas e já discutidas em diversas conferências municipais, estaduais e nacionais, têm tido bastante participação de indígenas, porém, as implementações destas ainda dependem do Estado para sua execução. A fim de alcançar o desenvolvimento sustentável, é necessário que as políticas estejam fundadas no princípio do precautório. Medidas relativas ao meio ambiente devem antecipar, evitar e atacar as causas da degradação ambiental. Quando houver ameaça de danos sérios ou irreversíveis, a falta de absoluta certeza científica não deve ser utilizada como justificativa para postergar medidas que visem a prevenir tal degradação (MORRIS, 2000, p. 5).

Incluir objetivos ambientais em suas políticas domésticas; monitorar os próprios progressos do ponto de vista de sua sustentabilidade; e submeter relatórios regulares sobre esses progressos à recém-criada Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CDS), composta de 53 membros e estabelecida com o propósito de monitorar os avanços rumo ao desenvolvimento sustentável (PNGATI, 2012).



#### 4.2 A ECONOMIA ETNODESENVOLVIMENTISTA ENTRE OS WAPICHANA E MACUXI NO AMAJARI: COMO TRANSFORMAR O BURITI EM PRODUTOS DE CONSUMO?

No final da década de 1990, como pesquisador no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA, e sendo conhecedor do processo e dos usos do buriti no estado do Piauí, nordeste brasileiro, visualizei a quantidade e as possibilidades do mesmo para Roraima. Como já tinha contatos com uma organização indígena, sugeri a esta um estudo sobre a Estrutura Populacional, Potencial Produtivo e Etnobiologia (*Mauritia flexuosa* – *Arecaceae*) no Ambiente de Savana do Estado de Roraima (PESSONI *et al.*, 2004).

Ao esclarecer a Coordenação do Conselho Indígena de Roraima – CIR, esta indicou outra região de outra organização parceira, a Associação dos Povos Indígenas de Roraima – APIRR, onde segundo aquela, teria muito mais buritizais e o acesso à pesquisa seria viabilizado mais facilmente em função da distância e facilidade de acesso.

Esta região seria a Terra Indígena São Marcos e a comunidade do Milho, que fica a 80 km de Boa Vista, com acesso pela rodovia RR-319 do Projeto Passarão<sup>12</sup>, após os primeiros contatos e esclarecidos os tramites da pesquisa – vale ressaltar que neste período ainda não havia tantas exigências legais para a realização de pesquisas em terras indígenas, e para tanto tive autorizações da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, das organizações envolvidas e da comunidade e a equipe envolvia uma parceria entre o INPA, mentor da ideia, e a Universidade Federal de Roraima – UFRR – conseguiu-se um pequeno financiamento por meio de um convênio entre o Governo do Estado de Roraima e o INPA, e em maio de 2001 iniciou-se a pesquisa de campo.

A equipe de pesquisadores era composta por Herundino Ribeiro do Nascimento Filho, Antropólogo (Convênio INPA/GERR); Luiz Alberto Pessoni, Botânico (UFRR – Biologia); Ise de Goreth Silva, Bióloga (UFRR – Biologia); Maria Auxiliadora de Souza Melo, Educadora (UFRR – Ciências Sociais).

Inicialmente fez-se o reconhecimento de vários igarapés com veredas de buritizais na comunidade do Milho, em seguida foram escolhidos, aleatoriamente, quatro destes com

---

12 Apresentar o Projeto. Passarão é um perímetro irrigado à margem direita do rio Uraricoera, município de Boa Vista – Roraima e que serve de referencia a entrada da Terra Indígena São Marcos, pois aí tem-se que atravessar o rio por uma balsa e é parada obrigatória.

supostas densidades populacionais, marcou-se em cada igarapé um transecto<sup>13</sup> medindo 10 m x 250 m dispostos de modo paralelo ao curso d'água e aproximadamente no centro da faixa de buritizeiros. Posteriormente foi realizada a caracterização geral de cada buritizal dos igarapés: do Manoel; Manga Brava; Xibé; e Alpercatas. Posteriormente, com visitas a cada mês, foram caracterizados os seguintes aspectos para cada transecto: a) distribuição espacial dos indivíduos dentro do buritizal; b) números de indivíduos adultos fêmeas; c) números de indivíduos adultos machos; d) números de indivíduos adultos indeterminados; e) número de indivíduos jovens com tronco (estipe) aparente (PESSONI *et al*, 2004, p. 5).

Ao realizar a pesquisa o objetivo era verificar o potencial produtivo atual, com o estoque futuro de indivíduos associados ao ciclo biológico de reprodução e regeneração natural da espécie. Dentro de cada transecto todos os indivíduos adultos foram etiquetados com numeração para realização de estudo fenológico, que consistiu no registro quanto à presença e número dos caracteres: a) botões (espádices) florais; b) cachos de flores vivos mortos; c) cachos de frutos verdes pequenos; d) cachos de frutos verdes médios; e) cachos de frutos verdes grandes; f) cachos de frutos maduros (Ibidem, p. 5).

Outro procedimento realizado foi a avaliação do rendimento de frutos e de polpa e teve como objetivo a determinação quantitativa, e o potencial médio de produção dos buritizais alcançados ao longo de um ciclo anual, realizada de forma demonstrativa uma oficina na comunidade com a participação de crianças, jovens, adultos e escola.

Outras oficinas foram realizadas no Centro Indígena de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol – CIFCRSS - Escola Agropecuária Indígena, e repetidas três vezes na comunidade Guariba, Terra Indígena Araçá, esta objeto deste trabalho.

#### 4.3 SOBRE A MATÉRIA-PRIMA

O buriti (*Mauritia flexuosa*), como já citado anteriormente, é uma espécie de palmeira de vasta ocorrência por toda a Amazônia, possuindo grande importância cultural para os povos que tradicionalmente habitam a região do norte do país.

---

13 Transecto: área delimitada para efeito de estudos e levantamentos.

O uso do buriti e de seus produtos em toda a Amazônia, apesar de sua importância, tem ocorrido em escala e de forma artesanal, com uma variação muito grande na produção de frutos, o que não permite a utilização plena de seu potencial alimentar, medicamentoso e na construção civil, transformando-o em uma fonte alternativa viável de economia, para as populações humanas que dele se utilizam (PESSONI *et al*, 2004, p. 2).

O potencial desta palmácea nas áreas abertas de Roraima (Lavrado) é enorme, devido a sua alta ocorrência, constituindo em muitos locais a única espécie arbórea. Entretanto, este potencial continua inexplorado e/ou subutilizado, principalmente pelas comunidades indígenas, que tradicionalmente ocupam a maior parte desta região (PESSONI *et al*, 2004, p. 3).

Anteriormente ao desenvolvimento da Pesquisa, realizou-se uma oficina complementar ao projeto da professora de 4ª série da escola da comunidade Guariba – Terra Indígena Araçá, que indicava às crianças a importância de se plantar buriti na comunidade para não faltar palhas no futuro para cobrirem suas casas. Com o êxito desta, a comunidade solicitou a continuidade e coincidentemente surgiu a possibilidade de cursar o mestrado e aproveitando a experiência anterior resolveu-se dar um tom econômico e transformar a proposta de oficinas em projetos de pesquisa, que foi discutido e apresentado à comunidade e aprovado e como já fazia parte de um projeto maior na Terra Indígena Araçá chamado *Wazaka'yé* – Guyagrofor – Estudos de Roças, Solos e Florestas Indígenas em Roraima. Desenvolvimento de Sistemas Agroflorestais Sustentáveis baseado nos conhecimentos de populações indígenas e quilombolas na Região do Escudo das Guianas, este projeto realizado pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA; Conselho Indígena de Roraima – CIR, por meio do Centro Indígena de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol – CIFCRSS, Escola do Surumu. (Projeto *Wazaka'yé* - Guyagrofor, 2004).

A cada oficina realizada na comunidade teve-se sempre o cuidado de seguir a metodologia participativa e, com a anuência do Tuxaua<sup>14</sup> e da Diretora da Escola, que reuniam pessoas da Comunidade, adultos, jovens e crianças e com a ajuda do pequeno trator da comunidade seguiam aos buritizais onde já se tinha indicado que havia buritis maduros, e portando, grandes varas de bambu com uma faca presa à ponta de forma invertida, esta usada

---

<sup>14</sup> Líder político da comunidade

para cortar os cachos mais altos e os mais baixos era cortados por um jovem que subia no tronco com uma peçonha ou peia<sup>15</sup>.

Após esse processo de colheita e transporte, ainda nas hastes, os buritis foram acomodados em ambiente fechado cobertos com palhas secas dos próprios buritizeiros, durante dois ou três dias para chegar-se ao estágio máximo de maturação.

O passo seguinte foi debulhar os frutos das hastes e limpá-los com água, depois em vasilhas disponíveis na comunidade (tambores de plástico, etc.) colocando-se todos os frutos com água por mais um ou dois dias. Nesse tempo já estavam prontos para se extrair a polpa.

A extração da polpa na comunidade ainda se dá ainda de maneira artesanal, ou seja, depois dos dias na água, lava-se com água limpa, divide em vasilhas individuais e com uma colher de mesa, raspa-se levemente para retirar a primeira camada, as cascas, ou escamas – devido a sua aparência com as escamas de peixe. Pede-se sempre que nessa etapa do trabalho que as pessoas estejam de mãos lavadas, unhas limpas e cortadas e com os cabelos presos. Nas oficinas realizadas na comunidade Guariba estavam todos com tocas, luvas e aventais descartáveis. Como era apenas uma oficina usou-se os descartáveis, mas se formos empreendermos um modelo agroindustrial, outros tipos de protetores deverão ser providenciados para ser coerente ambientalmente.

Retiradas as cascas dos frutos, devem ser colocados numa vasilha limpa e novamente com o uso da colher, raspa-se com mais força toda a polpa até o mesocarpo. Essa parte amarelo-avermelhada é macia e bastante oleosa chegando a 12% de gordura. Dela é possível fazer-se doce, geleias, pamonhas, trufas, sucos (vinho), sorvetes, picolés, dindim, extrair óleo, este super valorizado atualmente pela indústria de cosméticos pelos seus efeitos para proteção da pele e filtro solar.

Pela comunidade ele é usado como vermífugo humano. Comunidades tradicionais de outros Estados já estão produzindo e vendendo para essas indústrias significativos volumes de óleo de buriti.

Quanto à casca ou escama do buriti, usamos para adubos na forma de descarte de material, mas com a experiência anteriormente citada, vimos que a mesma estando bem seca ao sol e bem guardada em embalagem de vidro, podem ser usadas para chá, na proporção de uma ou duas colheres de cascas secas para um copo de água fervente em infusão por 2 ou 3 minutos, não necessita adoçar, pois o buriti é rico em sacarose, chegando à seiva a 98% da

---

<sup>15</sup> Espécie de armadilha para facilitar a subida e com um facão o mesmo corta diretamente os cachos.

mesma. Esse é mais um dos potenciais verificados pela equipe envolvida no projeto e testado e aprovado pela comunidade.

Ainda como matérias-primas resultantes desse processo, as sementes ou caroços do buriti são usados na comunidade com a escola para o replantio ou o povoamento de baixadas com as mudas produzidas a partir de atividades de plantio em viveiro, transplante destas para sacos reciclados da merenda escolar, e depois plantados definitivamente nos espaços escolhidos pela comunidade, obedecendo às características ambientais próprias aos buritizeiros. As sementes também são usadas para confecção de artesanatos como colares e chaveiros.

Com a polpa adquirida das oficinas realizadas na comunidade, fez-se doces em pasta (potes com 350 ml), em barras com a caixa artesanal do pecíolo da palha (caixas artesanais confeccionadas pelos jovens da escola), doces em compotas, geléias (ambos em potes de 500 ml), farinhas de polpa de buriti (desidratada ao sol e peneirada ou batida no liquidificador), da farinha surgiu o bolo; sucos e pamonhas. Como as oficinas eram experimentais todos os produtos destas foram colocados à disposição da comunidade e escola que juntos realizaram uma festa no malocão da comunidade à noite e com danças de Parixara<sup>16</sup> e a distribuição dos produtos aos participantes.

No entanto, em Boa Vista e nas sedes municipais, o buriti é vendido com bastante frequência em todas as feiras e só a polpa é consumida na forma de sucos (vinhos) que é extraído por um processo semi-industrial com despulpadoras que batem o buriti com água e embalam em sacos plásticos de mais ou menos 1.000 ml, e assim é vendido ao consumidor final. Hoje, esse comércio ocupa um número significativo de pessoas principalmente em Boa Vista, porém, ainda num modelo informal de emprego.

#### 4.4 AVALIAÇÃO DO RENDIMENTO DE FRUTOS E DE POLPA

A avaliação do rendimento de frutos e da polpa de buriti foi realizada por várias vezes, em datas e etnorregiões diferentes, todos com o objetivo de determinar,

---

<sup>16</sup> Parixara dança tradicional indígena em que se usa indumentária de palhas e de fibras de buriti e realiza-se este evento para celebrar a alegria, a fartura, a colheita.

quantitativamente, o potencial médio de produção dos buritizais alcançado ao longo de um ciclo anual, foram realizados apenas de forma demonstrativa.

A partir de um conjunto de cachos de frutos maduros colhidos de duas plantas diferentes foram obtidas as seguintes medidas:

- a) Número de frutos por cacho;
- b) Peso do total de frutos contidos em cada cacho;
- c) Rendimento da polpa (em %);
- d) Avaliação Etnobiológica;
- e) Forma e Importância Cultural do Uso do Buriti;
- f) Avaliação das condições atuais de utilização dos recursos do buriti pelas comunidades envolvidas.

Respondendo aos itens acima, das diversas oficinas realizadas a média obtida de frutos por cachos foi de 500 frutos sendo o máximo obtido por essa experiência cerca de 800 frutos por cachos e foram colhidos quatro cachos por indivíduos que pesaram 70 Kg, onde cada cacho apresentou em média 17,5 Kg, com rendimento de 4,2 Kg de polpa, portanto, 10% do peso total.

Essa avaliação de rendimento dos frutos foi realizada de forma demonstrativa e participativa quando alunos e professores, bem como membros da comunidade participaram efetivamente e fizeram suas anotações e observações durante o processo, mas para a possibilidade de uma produção em maior escala, seria necessária uma amostragem mais representativa, onde se possa avaliar o potencial de produção dos buritizais ao longo de um ciclo anual.

Ao realizar-se uma avaliação etnobiológica do buriti na comunidade constatou-se que, apenas os mais idosos conheciam determinadas características dos buritizais, ou seja, identificar quais os machos e as fêmeas, afirmar sobre os períodos de frutificação e maturação dos mesmos. Conhecimentos sobre o estágio de maturação das palhas, como e quando tirá-las para que as mesmas tenham maior durabilidade. Tirada de forma e em tempos corretos as palhas para coberturas têm durabilidade de até quinze anos, a depender também do grau de inclinação do teto.

Muito embora os povos indígenas do lavrado (macuxi, wapichana, taurepang) estejam envolvidos na e pela sociedade não indígena há bastante tempo, o uso tradicional do buriti como um todo na cosmologia desses povos continua com um grau muito alto de importância. É na construção das casas, malocões comunitários, escolas e igrejas, nas danças culturais – toda a indumentária das diversas danças é confeccionada a partir do buriti, nos utensílios domésticos, na alimentação, na caça e na pesca – uma vez que os buritizais são predominantemente presentes nos cursos d’água, atraindo assim em períodos diferentes pássaros; animais de caça; e até peixes dos igarapés que se alimentam dos frutos que caem na água.

Avaliando as condições atuais dos usos dos buritis pelas comunidades indígenas do lavrado chega-se a constatar que, com o advento da escola indígena, dos atendimentos à saúde Postos Médicos, benefícios sociais e nos últimos governos o assistencialismo às comunidades; a aproximação de aglomerados humanos (vilas) com energia, saneamento básico, comunicação via radiofonia e/ou telefone e mais recentemente, a internet chegando àquelas comunidades maiores, a tendência tem sido a vinda de mais famílias para esses lugares e os impactos disso sobre os buritizais tem sido muito forte, chegando a ter em muitas comunidades a carência de palhas e a opção tem sido cobrir com telhas de amianto ou zinco.

No entanto, para a alimentação que só era usado esporadicamente de forma *in natura*, nos campos e ou em períodos de festas, o vinho. A partir dessas oficinas ficou esclarecido que,

O buriti é uma fonte de vitamina A, de excepcional valor (ALTMAN; CORDEIRO. 1964), exercendo papel fundamental na visão, crescimento, desenvolvimento ósseo e manutenção do tecido epitelial (YUYAMA *et al.*, 1998), sendo também fator importante para a integridade do sistema imunológico, na reprodução e lactação (WHO, 1995; *apud*, YUYAMA *et al.*, 1998). Este rico potencial é disponível através de sua polpa, que é comestível, apresentando coloração amarelo-avermelhada com sabor ligeiramente ácido-adocicado, podendo ser consumida na forma de sucos e doces (CAVALCANTE, 1996; SHANLEY *et al.*, 1998 *apud* PESSONI *et al.*, 2004, p. 02).

Desta palmeira de alta ocorrência nos lavrados de Roraima, tudo se aproveita e se transforma gerando bens e riquezas às comunidades, dependendo apenas de gestão humana, ambiental e econômica pelas autoridades comunitárias e públicas, a implantação e execução de políticas públicas de aproveitamento de tais recursos.

#### 4.5 OFICINA DE DOCE DE BURITI – COMUNIDADE GUARIBA

As oficinas de buriti estavam programadas para ocorrer em setembro/outubro de 2008, pois trata-se da época de amadurecimento dos frutos dos buritizais da região. No entanto, no ano de 2008 ocorreu um fenômeno atípico: os buritizais da T. I. Araçá não apresentaram boa produção. Esperou-se até dezembro de 2008, mas os buritizais ainda não haviam produzido. Portanto, para que as atividades programadas para a produção de doces de buriti não precisassem ser canceladas, foi feito contato com outra Terra Indígena da região (T. I. Ouro), que possui um grande número de buritizais, com buritis maduros na época. Assim, as comunidades da T. I. Ouro concordaram em ceder buritis para a realização da oficina de doces na T.I. Araçá, com a condição de que alguns membros da T. I. Ouro participassem da oficina. Esse contato acabou sendo muito produtivo para ambas as Terras Indígenas e também para a equipe do projeto, pois estreitou os laços entre todas as pessoas envolvidas, e possibilitou contatos para a formação de parcerias e planejamento de atividades futuras.

A primeira incursão à T. I. Ouro para coleta de buriti ocorreu no dia 8 de outubro daquele ano, e depois foi realizada uma segunda coleta no dia 20 de outubro. Os buritis foram coletados e levados para a comunidade Guariba na T. I. Araçá, onde foram deixados de molho por alguns dias para amolecimento da polpa. Após sair do molho, a casca dos frutos foi retirada, e em seguida a polpa foi separada da semente.



Figura 5. Buritizal na T.I. Ouro onde os frutos foram coletados.





Figura 6. Coleta de buriti na T.I. Ouro.

A polpa dos buritis foi compactada manualmente e guardada em sacos de plástico, para ser congelada até o momento do uso. O congelamento foi feito no freezer do INPA em Boa Vista, pois nas comunidades da T.I. Araçá o congelamento não seria adequado já que a energia elétrica só está disponível algumas horas por dia.



Figura 7. Compactando e armazenando a polpa do buriti em sacos plásticos.

A oficina de doces de buriti aconteceu na comunidade Guariba no dia 29 de novembro de 2008, na escola da comunidade. Além dos moradores de Guariba, três moradoras da T.I.

Ouro também participaram da oficina. Toda a oficina foi coordenada pelo professor Herundino Ribeiro, que possui uma grande experiência com beneficiamento do buriti.

Inicialmente foi realizada uma reunião para apresentar o roteiro da oficina e também para apresentar alguns aspectos teóricos sobre a produção e comercialização de produtos, principalmente o que diz respeito à higiene na produção. Foram distribuídos aventais, luvas, toucas e máscaras para todos os participantes da oficina.



Figura 8. Professor Herundino Ribeiro apresentando o vestuário de higiene para produção de doces.

Após a apresentação da teoria, a parte prática da oficina teve início com a preparação da massa do doce. Os sacos de polpa haviam sido previamente deixados ao sol por algumas horas para o descongelamento da polpa. A polpa descongelada foi misturada com açúcar na proporção de 1 para 1. A polpa e o açúcar foram manualmente misturados em bacias, até que a massa apresentasse textura homogênea.



Figura 9. Misturando a polpa de buriti e o açúcar para preparação da massa do doce.

A massa foi colocada em um tacho grande (com paredes grossas para evitar que o doce grude e queime), e levada ao fogo (nesse caso, à fogueira), sempre mexendo. Após mexer a massa no fogo por aproximadamente 20 a 30 minutos, o doce já está pronto, e pode ser colocado nos recipientes após esfriar um pouco.



Figura 10. O doce sendo preparado no fogo.



Figura 11. Colocando o doce nos recipientes.

Com 22,5 Kg de polpa e 22,5 Kg de açúcar, foram produzidos 131 potes de doce (80 potes de 250 ml, 27 potes de 335 ml, e 24 potes de 350 ml). Com as informações de quantidade de polpa e de açúcar utilizados, e com o preço das embalagens, bem como mão de obra e tempo, há informações para um estudo de custo de produção de doce de buriti, que será realizado pela equipe do projeto *Wazaka'ye*.



Figura 12. Doces de buriti produzidos na oficina.

#### 4.6 POTENCIAL PRODUTIVO E O PERÍODO DE FRUTIFICAÇÃO DOS BURITIZAIS

Os dados de florescimento e frutificação das plantas femininas e de florescimento das plantas masculinas são apresentados nas figuras 1 e 2, respectivamente. Durante o período de 18 meses de observação, 53 plantas femininas (22,3% do total de indivíduos) e 93 plantas masculinas (39,1% do total) floresceram. Entre as plantas femininas que floresceram apenas 47 (19,7% do total de indivíduos) frutificaram posteriormente (PESSONI *et al.*, 2004).

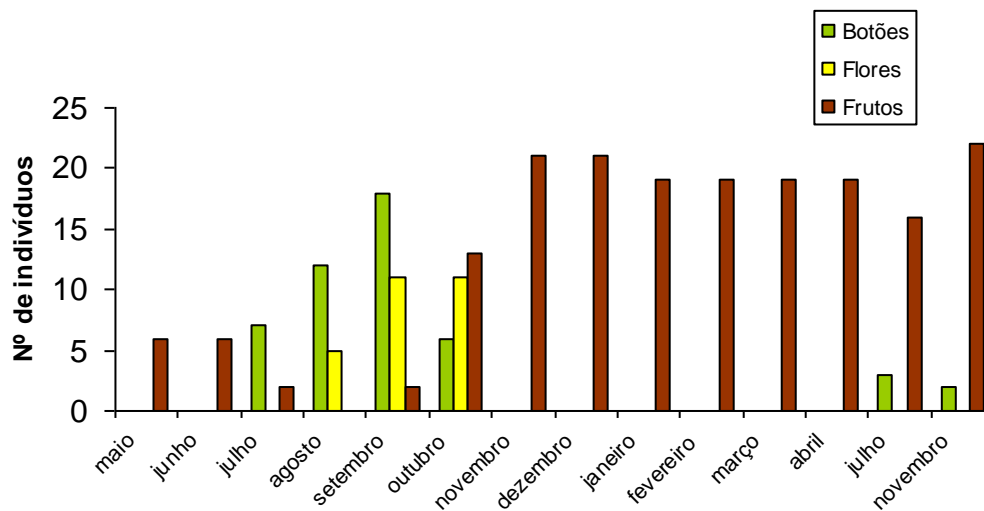


Figura 1 - Floração e frutificação buritizeiros femininos

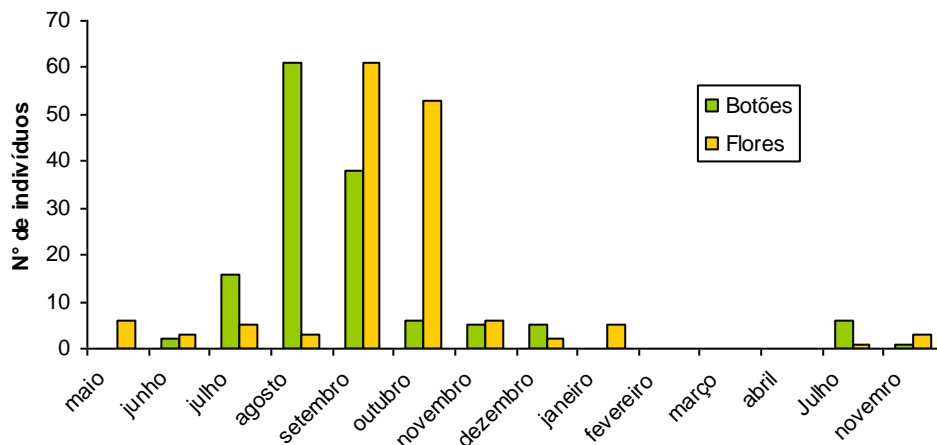


Figura 2 - Floração dos buritizeiros masculinos.

O florescimento nos dois sexos ocorreu, predominantemente, nos meses de agosto a outubro (início da estação seca) e a maturação dos frutos nos meses de abril a julho (durante a estação chuvosa).

Ao longo do estudo foram observadas três cargas de frutos: a primeira, já presente no início do trabalho (abril), que amadureceu até o final do mês de julho de 2008; a segunda resultante do florescimento observado entre agosto e outubro de 2008, e que amadureceu até

julho de 2009 e a terceira em novembro de 2009, resultante do florescimento, não acompanhado, a partir de julho de 2008. A maioria das plantas produziu frutos apenas em um dos períodos, somente oito indivíduos frutificaram em dois dos períodos citados. Estes dados indicam que a frutificação em cada planta ocorre, predominantemente, a cada dois anos. Este comportamento bienal de frutificação do buritizeiro é confirmado pelos depoimentos prestados por membros da Comunidade, assim como pelas informações disponíveis na literatura.

As plantas que frutificaram apresentaram de um a oito cachos de frutos por período de frutificação, com um número médio de 3,5 cachos por planta.

O tempo de duração entre o florescimento e maturação dos frutos foi de 8 a 10 meses.

#### 4.7 AVALIAÇÃO ETNOBIOLÓGICA: FORMA E IMPORTÂNCIA CULTURAL DO USO DO BURITI

Este estudo permitiu constatar um envolvimento intrínseco da Comunidade Guariba com os buritizais e possibilitou aos membros da Comunidade e aos pesquisadores a ampliação de seus conhecimentos, tendo como princípio ações participativas de identificação do universo etnobiológico dos buritizais bem como atividades socioculturais que a comunidade vive em seu cotidiano.

Também foi visível nas ações da comunidade a compreensão da importância dos buritizais no processo de organização social, com normas e regras que orientam saberes e técnicas na utilização dos recursos naturais proporcionados pelos buritizais. Para tanto, vale lembrar o conceito de etnobiologia, que nos traz Freitas da Silva,

A etnobiologia é essencialmente o estudo do conhecimento e das conceituações desenvolvidas por qualquer sociedade a respeito da biologia. Em outras palavras, é o estudo do papel da natureza no sistema de crenças e de adaptação do homem a determinados ambientes. Neste sentido, a etnobiologia relaciona-se com a ecologia humana, mas enfatiza as categorias e conceitos cognitivos utilizados pelos povos em estudo (FREITAS DA SILVA, 2003, p. 12).

A relação estabelecida por essas experiências vivenciadas em conjunto nos enriquece a ambos os lados por proporcionar um diálogo intercultural com esses povos e comunidades envolvidos na proposta.

#### 4.8 AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES ATUAIS DE UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DO BURITI PELA COMUNIDADE

No que se refere à matéria-prima e produtos extraídos da planta, destacam-se as folhas (palha), que são os principais elementos utilizados na cobertura das edificações, estando presentes nas construções residenciais, espaços de uso coletivo malocões e igrejas, abrigos para animais domésticos, sanitários e confecção de artesanatos.

Quanto aos utensílios da palha, temos dois tipos diferentes, um que é confeccionado a partir da palha já aberta e madura – não seca; este feito pelos homens e com uso específico para ocasiões de caça e pesca, coleta de fruto e/ou de ovos, e ainda os usados para colheita e transporte de legume e ou tubérculos da roça e recebem o nome “darruana”.



Figura 1- Darruana.

Cada ocasião exige um modelo ou formato adequado, um com formatos de animais, outros imitam um ninho de pássaro, etc. Esses são menos duráveis e como são feitos para cada ocasião, não são utilizados como artesanatos para venda, tendo assim apenas um valor de uso.

Já os utensílios feitos com a fibra, retiradas do “olho” da planta – palha central ainda fechada. Ao retirar tais palhas pode-se até matar a planta, por isso uma técnica específica,

retirada a palha extrai-se desta a fibra com uma dobra na ponta da palha e uma maneira própria de fazer.

Depois, põe-se para secar e faz-se uso com agulhas destas na confecção de finas peças colocadas no mercado para vendas. Tem ainda a opção de tintura ou não, para tanto, precisa-se de outras plantas que fornecem as tinturas variadas como o crajiru, mirixi, araçá, jenipapo dentre outros. Após a tintura espalham-se ao sol e nesse caso, as mulheres são quem confeccionam as peças que são vendidas nos mercados, portanto com valor de troca.

Dos conhecimentos tradicionais discutidos e avaliados por esse trabalho dizem respeito principalmente à cosmologia dos povos envolvidos, com relação a períodos adequados para retirada das palhas, o estágio de maturação, a relação com o período lunar, o grau de inclinação da estrutura do teto, são conhecimentos que misturam noções de astronomia, engenharia e outros que esses povos têm talvez inconscientemente.

Do tronco (estipe), extraem-se ripas, pachiúbas, usados na construção civil como sustentação para palhas na cobertura de casas, bem como para construção de paredes e às vezes até pisos em palafitas pela sua alta resistência a água e umidades; também é muito usado como pinguelas – espécie de ponte para travessia em igarapés; pontes para travessias de carros e carroças; cortado um lado e extraído o parênquima, serve como coxo (comedouro para animais), canteiro para verduras e/ou flores; também é usado como banco para sentar-se durante eventos comunitários.

Enquanto dos frutos maduros é produzido o “vinho” (polpa diluída em água), amplamente consumido no âmbito das cidades, em lanchonetes e feiras, é comum o seu consumo com guaraná, castanha e amendoim, com farinha de tapioca – um dos derivados da mandioca.

No ano de 2010, a Rede Amazônica de Televisão, afiliada da Rede Globo, realizou uma enquete regional no sentido de assim como no Pará, o açaí é um ícone, tentando criar esse tipo de representação para todos os estados da região Norte do Brasil. E o Buriti, foi colocado como a árvore símbolo do Estado e a gastronomia dele derivada também. Sendo que, tanto para os indígenas do lavrado – área de predominância das veredas de buriti, quanto o indígenas das florestas também consomem o buriti e de modo diferente dos não indígenas. Para os Wai-wai do sul do Estado, o suco é servido com goma de mandioca, sem açúcar.



Para os povos tradicionais, questões como valores de troca e valores de uso não estão nos seus discursos cotidianos culturais, no entanto, com o contato com os não indígenas, situações de trocas e de usos de determinados utensílios e ou mercadorias de sua própria produção tem ocupado espaço nos processos comerciais vivenciados por eles. Para compreender melhor essa relação nos reportamos ao conceito marxista de Valor de Troca e Valor de Uso.

Para Marx, em seus textos “Crítica à Economia Política” e “O Capital”, Marx inicia sua análise pela mercadoria, já que “a riqueza da sociedade onde reina o modo de produção capitalista aparece como um ‘monstruoso acúmulo de mercadorias’ e a mercadoria individual como sua forma elementar”. A primeira propriedade dessa forma liga-se a seu caráter de coisa: é objeto exterior, propício a satisfazer necessidades e carências humanas. A utilidade constitui o valor de uso, vinculando-se como tal às propriedades físicas do objeto. Desse modo, o valor de uso nada tem a ver de imediato com o trabalho humano que pode ter custado, nem com a relação social de produção, permanecendo, por isso, fora das preocupações da economia política<sup>17</sup>.

No caso do buriti e seus derivados, na cultura indígena de Roraima e mais especificamente, na Terra Indígena Araçá – comunidade Guariba, o valor de uso é muito forte e tem inclusive vínculos cosmológicos, fazendo com que, determinadas peças nem possam ser vendidos, gerando um valor de troca como nos enfoca o texto a seguir,

Em última instância, o valor de troca aparece primeiramente como relação quantitativa; é a proporção na qual as mercadorias se trocam: x de bananas = y de papel, sendo o último termo o valor de troca da banana expresso em papel. Dá-se, pois, como determinação puramente acidental a variar no tempo e no espaço, a firmar-se em relação à outra mercadoria com a qual foi indiferentemente posta em contato. Não há, portanto, um valor de troca imanente a uma mercadoria. A última dimensão da mercadoria, o valor, nasce do relacionamento dos valores de troca e nada tem, pois, a ver com suas propriedades naturais. Além disso, a relação de troca abstrai o valor de uso. O agente da troca, com efeito, não leva em consideração o uso particular do objeto que vende, mas o encara como um instrumento de apropriar-se do produto alheio<sup>18</sup>.

A comercialização do buriti se dá de maneira informal, coletores não indígenas autônomos, mas vinculados aos donos de despoldadoras de Boa Vista, seguem em caminhonetes para as regiões onde têm maior concentração de buritizais Taiano, Amajari, São Marcos e outros, onde coletam os buritis junto às comunidades indígenas e às fazendas e compram o buriti in natura e trazem e muitas vezes só coletam com a convivência de alguns indígenas moradores nessas terras e nem pagam um valor real.

---

17 Valor de Troca e Valor de Uso. João Francisco P. Cabral. Disponível em: <[www.brasile scola.com/IMG/tw itter-s](http://www.brasile scola.com/IMG/tw itter-s)>. Acessado em: 27 de fev. de 2012.

18 Idem.

Também alguns indígenas coletam sacos de buritis e trazem nos caminhões da feira e vendem às despulpadoras, porém, essa forma às vezes é ruim, pois os atravessadores não permitem o acesso direto e compram por baixos preços para revendê-los aos empresários das despulpadoras.

Quanto aos despulpadores de buriti em Boa Vista são em torno de cinco microempresários que concentram toda a distribuição de polpa de buriti em centenas de ponto de venda pelo mais variados bairros e feiras da cidade.

Os despulpadores de frutas batem as frutas in natura com água e embalam em sacos plásticos um litro, que são vendidos congelados e/ou apenas gelados para consumo imediato. As condições de higiene nem sempre são satisfatórias e nos pontos de vendas são expostos em lugares inadequados, com variações de temperaturas, o que pode afetar a qualidade final do produto.

Nas lanchonetes mais sofisticadas, encontram-se diversas formas de consumo do suco de buriti chegando até R\$ 8,00 (oito reais) o copo com guaraná completo – Suco de buriti, pó de guaraná, xarope, castanha e amendoim; com leite condensado e outras formas particulares de cada lanche.

Outro produto derivado do buriti que já começa a marcar posição entre os gostos dos cidadãos urbanos, é o bombom recheado com doce de buriti e/ou as trufas. Uma fábrica de doces com pequena distribuição começa a ocupar espaço num mercado em que ainda se compra doce de buriti vindo do Piauí.

Dos subprodutos do buriti, os que mais se vê e tem aceitabilidade no mercado local são ainda os artesanatos de fibra de buriti, que são vendidos nas lojas de artesanatos como lembranças indígenas de Roraima para turistas. Entre as comunidades geralmente não são vendidas as palhas que uma cede às outras, porém, em alguns casos pagam-se para que o outro retire as palhas, vendendo-se assim, um serviço e não uma mercadoria.

Os compradores do buriti e seus derivados no Estado de Roraima são atravessadores autônomos, despulpadores e distribuidores, vendedores ambulantes, feirantes, donos de lanchonetes, supermercados e mercearias, consumidores de sucos. Também os turistas que visitam o Estado e desejam levar alguma lembrança artesanal indígena. Esse comércio urbano quase que restrito a capital Boa Vista, tem pouca ou quase nenhuma participação indígena,

exceto nas atividades primárias do processo, e ou nos serviços de distribuição, porém, os rendimentos são ínfimos e dispensáveis na cadeia produtiva.

Para o artesanato, toda a produção e a comercialização com os proprietários de lojas de souvenir, e fora deste processo, nas participações em feiras e eventos, toda a cadeia às vezes é mostrada para que os visitantes conheçam como se faz o artesanato de fibra de buriti e assim valorizem as peças e a cultura dos mesmos.

Dos produtos obtidos das oficinas de buriti na comunidade, dos artesanatos por eles produzidos, dos doces produzidos individualmente, por alguns dos participantes nas oficinas, são hoje vendidos em feiras e como a produção é pouca e individual, os lucros ou rendimentos são individuais.

Nas discussões realizadas durante as oficinas e pós-oficinas, constatou-se que, em se pensando numa atividade de produção de doces de forma mais contínua, seria possível a formação de um grupo de pessoas na comunidade para a realização de todas as etapas do processo, montar um espaço estruturado com as devidas condições de higiene e aos poucos construir-se uma discussão sobre a criação de uma minicooperativa de extrativismo e produção de buriti, na perspectiva da economia solidária. Para tanto, já foi acenado pela comunidade a possibilidade do mesmo professor ministrar um curso de 40 h aos participantes das oficinas. Por enquanto, estão sendo articulados os recursos necessários a este fim.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estado de Roraima, como Unidade da Federação, é um ente federativo novo, criado pela Constituição Federal de 1988, tendo constituído sua primeira Assembleia Legislativa e o Poder Executivo eleito democraticamente em 1990. Possui algumas características bem específicas na sua composição natural, possuindo três tipos vegetativos diferentes: floresta, lavrado, e montanhas; no aspecto social, é composto por uma sociedade oriunda de processos migratórios orientados e espontâneos que tem em seu contingente majoritário sujeitos advindos do Nordeste do Brasil, mas também migrantes vindos das demais regiões.

Sob o ponto de vista cultural se configura como um mosaico de línguas e expressões dos grupos originários e dos novos grupos, estabelecendo novas relações por conta dos contatos. No aspecto econômico, é um Estado que sobrevive da política do “contracheque”, pois é grande o número de funcionários das três esferas do poder público, da agropecuária de subsistência e do comércio urbano insipiente. É um espaço marcado por conflitos substanciais o que o caracterizam enquanto tal. É nesse cenário que nasceu a necessidade de analisar as possibilidades econômicas das práticas tradicionais indígenas de aproveitamento do buriti.

Ao propor-me realizar essa pesquisa, sabia que enfrentaria grandes desafios, pois trabalhar com povos indígenas em Roraima no período desta pesquisa significava enfrentar preconceitos, distâncias, adversidades climáticas, geográficas, dificuldades financeiras, visto que o trabalho não teve financiamento. Porém, já conhecia essa realidade, pois já trabalhava há vários anos com organizações e povos indígenas, o que não me excluiria das situações acima expostas.

A ideia de pesquisar sobre o buriti em Roraima surgiu da vontade de retribuir aos povos e comunidades indígenas desse Estado, as informações e dados por mim levantados na monografia de graduação em Ciências Sociais com habilitação em Antropologia Social – Múltiplas leituras da Feira Indígena do Maturuca: Um experimento de etnografia Macuxi, Terra Indígena Raposa Serra do Sol, 2001 e procurei a organização indígena a que esta comunidade estava vinculada para realizar a tal retribuição que havia me comprometido.

Como já conhecia o processo de fabricação de doce de buriti lá do meu Estado de origem, o Piauí, e percebendo que havia em Roraima inúmeras veredas de buritis, e que pouco ou quase nada se aproveitava dos mesmos, resolvi empreender a pesquisa básica na Terra Indígena São Marcos o que aconteceu entre 2002 a 2004.

Com essa experiência acumulada em 2006 recebo o convite para realizar uma oficina de buriti nesta comunidade Guariba, Terra Indígena Araçá, numa turma de crianças da 4ª série da escola local. Prontamente me coloquei à disposição da comunidade e realizou-se a primeira oficina.

Além da oficina que a princípio seria para as crianças, mas que os pais dos alunos também participam e o evento envolveu toda a comunidade na partilha dos produtos do buriti numa festa comunitária com parixara e outras danças.

Também nesse período participei como voluntário no projeto Wazaka'yé, que se propunha a realizar pesquisas em várias áreas do saber e, dentre essas a Antropologia. Em 2008, envolvo-me com a Economia no Mestrado Interinstitucional estabelecido entre a UFRR e a UFRGS por meio do Núcleo de Estudos Comparados da Amazônia e do Caribe – NECAR. E aí vem o reverso da moeda, e sou eu quem peço permissão à comunidade para com eles realizar o trabalho, onde sou prontamente aceito.

A pesquisa de campo sofre atrasos devido ao período chuvoso atípico que causou inundações e cortes nas estradas, e no ano seguinte como constatado nos resultados da pesquisa acima citados, a maioria dos buritizeiros desta Terra Indígena não frutificaram e para conseguir realizar as oficinas previstas teve-se que recorrer a outra Terra Indígena (T.I Ouro, localizado na mesma região), de onde foram trazidos os frutos, o que valeu a pena, pois a Comunidade cedente acompanhou também a oficina e se mostrou bastante interessada em dar continuidade ao trabalho na sua comunidade.

Além da comunidade Ouro, outras comunidades da etnorregião do Amajari, ao tomarem conhecimento do trabalho, mostraram-se interessadas em realizar também as oficinas de doces e dar continuidade ao plantio das sementes para repovoar os igarapés e baixas em suas comunidades, por ocasião da Assembleia regional.

A pesquisa científica usando como metodologia a Pesquisa-Ação se propôs a intervir numa dada realidade, deixando de lado, dessa maneira, a ideia de neutralidade científica. Pois pensamos que a pesquisa tem três importâncias consubstanciais, que dão sentido a sua existência, são elas: a importância acadêmica, pelo fato de dialogar com outras áreas do conhecimento, realizado um debate multi e interdisciplinar, ampliando o campo de ação enquanto pesquisador; a segunda importância, trata-se da importância social, pois temos o dever enquanto agente público retribuir socialmente o fruto da produção intelectual,

produzido nas instituições formadoras, ainda mais se estas instituições foram públicas e por fim, a importância política, toda pesquisa é ela consequential, quando publicado, socializado, e rediscutido seus resultados.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S.P.; PROENÇA, C.E.B.; SANO, M.S. & RIBEIRO, F.J. Cerrado: espécies vegetais úteis. Planaltina, EMBRAPA-CPAC. 464p. 1998.
- ALTMAN, R.R.A.; CORDEIRO, M. M.C.M. A industrialização do fruto do buriti (*Mauritia vinifera* Mart. Ou *M. flexuosa*). Publicação n. 5 (Química). Manaus, CNPq-INPA. 15p. 1964.
- ALVES, M.R.P.; DEMATTÊ, M.E.S.P. Palmeiras características botânicas e evolução. Fundação Cargil, SP.129p. 1987.
- ANUÁRIO ANTROPOLÓGICO 84. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. Rodolfo Stavenhagen. Edições tempos brasileiros: - Brasília, 1984.
- BARBOSA, Reinaldo. Imbrozio, *et ali*. Savanas de Roraima: Etnoecologia, Biodiversidade e Potencialidades Agrossilvipastoris. Boa Vista: FEMACT, 2005.
- BARBOSA, G. S. 2008. O desafio do desenvolvimento sustentável. Revista Visões, 4ª Edição, Vol.1, nº 4, 11p.
- CAVALCANTE, P.B. Frutas comestíveis da Amazônia. (6ª ed.). Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi. p. 168-171. 1996.
- COELHO, Maria de Fátima Barbosa, *et ali*. Diversos Olhares em Etnobiologia, Etnoecologia e Plantas Mediciniais. Anais do I Seminário Mato-Grossense de Etnobiologia e II Seminário Centro-Oeste de Plantas Mediciniais: Cuiabá, 2002.
- FARAGE, Nádia. As Muralhas dos Sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a Colonização. Editora Paz e terra: Rio de Janeiro, 1991.
- HENDERSON, A. The Palms of the Amazon. Nova York, Oxford University Press. 362p. 1995.
- LITTLE, Paul E. 2002. Etnodesenvolvimento local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global. Tellus, Ano 2, n. 3, 33-52p.
- LIMA, C.R.C. Análise do fruto de buriti (*Mauritia flexuosa*) e a variação sensorial do néctar. Monografia de Especialização. Boa Vista/Fortaleza, Universidade Federal do Ceará. 49p. 1989.
- NASCIMENTO FILHO, Herundino Ribeiro do. Múltiplas Leituras da Feira Indígena do Maturuca – um experimento de etnografia Macuxi. TCC apresentado ao Departamento de Ciências Sociais da UFRR. Mimeo, Boa Vista/RR, ago/2001.
- NASCIMENTO, S.P. 2008. A política do disparate na Amazônia. Jornal Folha de Boa Vista. RR. Ano XXV, Nº 5.679. www.folhabv.com.br.

NEVES, W. s/d. Sociodiversidade e Biodiversidade: dois lados de uma mesma equação. Departamento de ecologia. Museu Paraense Emílio Goeldi – CNPq. Belém, Pará.

PEIXOTO, A.R. O buriti e o miriti. In: \_\_\_\_\_. (Ed.). Plantas Oleaginosas Arbóreas, Livraria Nobre 1973. p. 155-167.

PENNA, M. Dicionário brasileiro de plantas medicinais: descrição das plantas medicinais indígenas e das exóticas aclimatadas no Brasil. Rio de Janeiro, Kosmos. 127 p. 1946.

PESSONI *et al*, Estrutura Populacional, Potencial Produtivo e Etnobiologia do buriti. Relatório final do projeto. UFRR/INPA/GERR. 2004.

SANTILLI, Paulo. As Fronteiras da República: História e Política entre os macuxi dos Vale do Rio Branco. NHI-USP/FAPESP. São Paulo, 1994.

SCHRÖDER, P. Economia Indígena: Situação atual e problemas relacionados a projetos indígenas de comercialização na Amazônia Legal. Ed. Universitária da UFPE., p. 2003.

SHANLEY, P.; CYMERYYS, M. & GALVAO, J. Frutíferas da mata na vida Amazônica. Belém, EMBRAPA-CPATU/ Woods Hole Reserch Center (órgãos de apoio). p.127. 1998.

SILVA, Sandra Maria Pereira da. Etnobiologia e Etnoecologia: Introdução aos conceitos e metodologias *in* COELHO, Maria de Fátima Barbosa. COSTA JÚNIOR, Plácido. DOMBROSKI, Jerfeson Luiz Dallabona. Diversos Olhares em Etnobiologia, Etnoecologia e plantas medicinais. Anais do I Seminário Matogrossense de Etnobiologia e Etnoecologia e II Seminário centro Oeste de Plantas medicinais. Cuiabá: Unicen, 2003, p. 11 – 20.

STORTI, E.F. Biologia floral de *Mauritia flexuosa* LIN. FIL, na região de Manaus. Acta Amazônica, 23(4): 371-381. 1993

STAVENHAGEN, Rodolfo. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. *Anuário Antropológico* 84. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 13-56, 1985.

THIOLLENT, Michel. (Org.). Pesquisa-Ação e Projeto Cooperativo na Perspectiva de Henri Descroche. São Carlos: EdUFSCar, 2006.

WHO. Global Prevalence of vitamin a Deficiency. Geneva World Health Organization. p. 1 – 11. 1995.

YUAYAMA, L.K.O.; YONEKURA, L.; AGUIAR, J.P.L. & SOUZA, R.F.S. Biodisponibilidade dos carotenóides do Buriti (*Mauritia flexuosa*) em ratos. Acta Amazônica, 28(4): 409-415. 1998.

VAN BELLEN, H. M. 2004. Desenvolvimento sustentável: Uma Descrição das Principais Ferramentas de Avaliação. Ambiente & Sociedade – Vol. 7, nº. 1, 22p.